

UFRRJ
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
AGRÍCOLA

DISSERTAÇÃO

**PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL:
PERCEPÇÃO DE DISCENTES DO INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ -
CAMPUS CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA-PA**

LEYDE LELMA VIEIRA DA CONCEIÇÃO

2017



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA**

**PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL:
PERCEPÇÃO DE DISCENTES DO INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ-CAMPUS
CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA-PA.**

LEYDE LELMA VIEIRA DA CONCEIÇÃO

Sob orientação da Professora
Dra. Silvia Maria Melo Gonçalves

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências**, no Programa de Pós - Graduação em Educação Agrícola, Área de concentração em Educação Agrícola.

**Seropédica, RJ
2017**

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Biblioteca Central / Seção de Processamento Técnico

Ficha catalográfica elaborada
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

C744p CONCEIÇÃO, LEYDE LELMA VIEIRA DA, 1980-
PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL:
PERCEPÇÃO DE DISCENTES DO INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ-CAMPUS
CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA-PA / LEYDE LELMA VIEIRA DA
CONCEIÇÃO. - 2017.
64 f.

Orientadora: Sílvia Silvia Maria Melo.
Dissertação(Mestrado). -- Universidade Federal Rural
do Rio de Janeiro, PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
EDUCAÇÃO AGRÍCOLA, 2017.

1. Política Social. 2. Assistência Estudantil. 3.
Educação . I. Silvia Maria Melo, Sílvia, Gonçalves-,
orient. II Universidade Federal Rural do Rio de
Janeiro. PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
AGRÍCOLA III. Título.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA

LEYDE LELMA VIEIRA DA CONCEIÇÃO

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências**, no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, Área de Concentração em Educação Agrícola.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 03/08/2017.

Sílvia Maria Melo Gonçalves, Dra. UFRRJ

Allan Rocha Damasceno, Dr. UFRRJ

Adriana Vasconcelos da Silva Bernardino, Dra. USS

DEDICATÓRIA

Às minhas filhas, Beatriz e Ester, minhas fontes de inspiração e de motivação.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pelo sopro de vida, pela proteção e renovo a cada dificuldade.

A Nossa Senhora de Nazaré, padroeira dos paraenses, sua intercessão divina, seu acalento de mãe me sustentou nas etapas finais deste trabalho.

Aos meus pais, Dilce e Joel, que mesmo com muita dificuldade não mediram esforços para me educar e me incentivar nos estudos, sem o esforço deles na minha infância e adolescência, hoje este momento seria impossível.

Às minhas amadas filhas, Beatriz e Ester, por serem a fonte de minha inspiração e motivação para o meu crescimento pessoal, acadêmico e profissional.

Ao meu querido irmão Rafael, pelo exemplo de perseverança, pelo incentivo e apoio.

À minha irmã Lyege, pelo apoio nos momentos mais difíceis deste percurso.

Ao meu esposo Wadison, pelo incentivo, companheirismo e apoio nos momentos difíceis.

A minha Amiga Ivone Siqueira, pelo apoio desde a elaboração do pré-projeto de pesquisa.

À minha orientadora, Professora Prof^a. Dr^a Silvia Maria Melo Gonçalves, pela confiança, pelas orientações valiosas prestadas durante o percurso de construção deste estudo.

Ao Prof. Dr. Allan Rocha Damasceno e Prof^a Dr^a Fátima Niemeyer da Rocha, pelas contribuições durante a minha qualificação.

A todos os professores do Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola da UFRRJ, pelo empenho, dedicação e disponibilidade demonstrados durante as jornadas de Formação.

Aos colegas da turma de mestrado, pela convivência, pelas experiências e conhecimentos compartilhados durante os períodos de aulas presenciais e nos momentos virtuais, através do WhatsApp e das redes sociais.

Aos estudantes do curso de agronomia entrevistados, pela colaboração fundamental no desenvolvimento desta pesquisa.

É irrealizável todo o conjunto de soluções
para a questão da desigualdade,
que remete apenas às esferas
da distribuição e do consumo, diga-se, da circulação,
quando a chave do problema está na produção.

Eliane Rossetti Behring

RESUMO

CONCEIÇÃO Leyde Lelma Vieira da **Programa Nacional de Assistência Estudantil: percepção de discentes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará - *campus* Conceição do Araguaia-PA**. 2017. 65f. Dissertação (Mestrado em Ciências com habilitação em Educação Agrícola). Instituto de Agronomia. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, RJ, 2017.

Esta dissertação apresenta uma análise da Política de Assistência Estudantil desenvolvida no âmbito do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará - *Campus* Conceição do Araguaia. Tal análise parte do pressuposto de que a Política de Assistência Estudantil está inserida no contexto das políticas sociais, pois tem como objetivo minimizar os efeitos das desigualdades sociais através da permanência e êxito dos estudantes nos cursos de nível superior. Trata-se de uma modalidade de política social na área da educação associada à assistência social; para fundamentar essa compreensão, buscamos as concepções teóricas sobre política social de Faleiros, Behring, Yasbek, Demo, dentre outros, para nortear teoricamente esta produção. A Pesquisa foi desenvolvida a partir da concepção dos estudantes beneficiados pela assistência estudantil. Delimitamos o estudo aos estudantes do curso de engenharia agrônoma pela relevância que o curso tem no *campus*. Trata-se de uma pesquisa qualitativa e de caráter exploratória, cujos instrumentos de coleta de dados foram questionários e análise documental. O objetivo geral foi verificar como os estudantes compreendem a assistência estudantil que é ofertada a eles. A análise dos dados foi realizada por meio de tabelas e a apresentação dos dados didaticamente dividida em dois tópicos. A pesquisa apontou que os estudantes têm pouca clareza do que é o Programa Nacional de Assistência Estudantil, que há dificuldades na operacionalização do programa no *Campus*, principalmente no que se refere aos valores, processo seletivo e prazos. Apesar das dificuldades apontadas, os estudantes preferem a oferta da assistência estudantil na modalidade de auxílios.

Palavras-chave: Política Social, Assistência Estudantil, Educação

ABSTRACT

CONCEIÇÃO Leyde Lelma Vieira da. **Student Assistance Program: perceptions of students of the Federal Institute of Education, Science and Technology of Pará - Conceição do Araguaia-PA campus.** 2017. 65p. Dissertation (Master of Science with qualification in Agricultural Education). Institute of Agronomy. Federal University of Rio de Janeiro, RJ, 2017.

This dissertation presents an analysis of the Student Assistance Policy developed in the scope of the Federal Institute of Education, Science and Technology of Pará - Campus Conceição do Araguaia. This analysis is based on the assumption that the Student Assistance Policy is inserted in the context of social policies, since it aims to minimize the effects of social inequalities through the permanence and success of students in higher education courses. It is a modality of social policy in the area of education associated with social assistance to substantiate this understanding, we seek the theoretical conceptions on Social Policy of Vicente de Paula Faleiros, Elaine Rossetti Behring, Yasbek, Pedro Demo, among others to theoretically guide this production. The Research was developed from the conception of the students benefited by the student assistance. We delimit the study to the students of the agronomic engineering course due to the relevance that the course has on campus. This is a qualitative exploratory research, whose data collection instruments were questionnaires and documentary analysis. The main objective was to verify how the students understand the student assistance that is offered to them. The analysis of the data was done through tables and the presentation of the data was divided into two topics. The research pointed out that the students have little clarity of what is the National Program of Student Assistance, that there are difficulties in the operationalization of the program in the Campus, mainly in what refers to the values, selective process and deadlines. Despite the difficulties pointed out, students prefer the offer of student assistance in the form of aid.

Keywords: Social Policy. Student Assistance. Education.

LISTA DE SIGLAS

ANDIFES – Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CEAGRO – Centro Experimental Agroecológico do Araguaia

CEFET- PA – Centro Federal de Educação Tecnológica do Pará

CEFET-PA – Centro Federal de Educação Tecnológica do Pará

DAAI – Departamento de Assistência Estudantil e Ações Inclusivas

EAFIC – Escola Agrotécnica Federal de Castanhal

EAFMB – Escola Agrotécnica Federal de Marabá

ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio

FIC – Formação Inicial e Continuada

FIES – Fundo de Financiamento Estudantil

FONAPRACE – Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IFB – Instituto Federal de Brasília

IFES – Instituições Federais de Ensino Superior

IFPA – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará

IFS – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC – Ministério da Educação

PAE – Plano de Assistência Estudantil

PAP – Programa Auxílio Permanência

PARFOR – Plano Nacional de Formação de Professores do Ensino Básico.

PEC – Proposta de Emenda Parlamentar

PNAES – Programa Nacional de Assistência Estudantil

PNDE - Plano Nacional de Desenvolvimento da Educação

PNE – Plano Nacional de Educação

PROCAMPO – Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo

PROEN – Pró-Reitoria de Ensino

PROEST – Pró-Reitoria de Assuntos Comunitários e Estudantis

REUNI - Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

SISU – Sistema Unificado de Seleção

TCLE – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UEPA – Universidade do Estado do Pará

UFAM – Universidade Federal do Amazonas

UFCG – Universidade Federal de Campina Grande

UFF – Universidade Federal Fluminense

UFJF – Universidade Federal de Juiz de Fora

UFPA – Universidade Federal do Pará

UFPB – Universidade Federal da Paraíba

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

UFS – Universidade federal de Sergipe

UNE – União Nacional dos Estudantes

UNED – Unidade Descentralizada de Ensino

UNOPAR – Universidade Norte do Paraná

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Localização Geográfica de Conceição do Araguaia.....	24
Figura 2 - Imagem Aérea do Campus Conceição do Araguaia.....	26

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Volume de recurso repassado para o PNAES no período <i>de 2008 a 2013</i>	22
Gráfico 2 - Volume de Benefícios Concedidos pelas IFES (2008-2011).....	23

LISTA DE QUADROS

Quadro 1- Ações de Assistência Estudantil a partir de 1980	14
Quadro 2- Principais Teses e Dissertações sobre Assistência Estudantil no período de 2013-2016	17

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Recursos da Assistência Estudantil repassados para o Campus Conceição do Araguaia.....	26
Tabela 2 - Distribuição dos estudantes por sexo	33
Tabela 3 - Distribuição de estudantes por faixa etária.....	33
Tabela 4 - Distribuição de estudantes por origem regional	34
Tabela 5 - Situação conjugal dos estudantes	34
Tabela 6 - Distribuição de estudantes por Cor/Raça/Etnia.....	34
Tabela 7 - Distribuição de estudantes por situação de moradia.....	35
Tabela 8 - Distribuição de estudantes por meio de transporte utilizado.....	35
Tabela 9 - Distribuição de estudantes por origem escolar.....	36
Tabela 10 - Distribuição de estudantes por renda familiar	36
Tabela 11 - Distribuição de estudantes por dependentes da renda familiar	37
Tabela 12 - Conhecimento do Decreto nº 7234/2010.....	38
Tabela 13 - Conhecimento sobre a Resolução 134/2012.....	38
Tabela 14 - Conhecimento sobre os objetivos do PNAES	39
Tabela 15 - Nota atribuída ao PNAES.....	39
Tabela 16 - O que os estudantes mudariam no Programa	40
Tabela 17 - Contribuição da assistência estudantil no desempenho acadêmico satisfatório....	40
Tabela 18 - Contribuição dos auxílios na permanência dos estudantes.....	41
Tabela 19 - Influência dos auxílios no desempenho acadêmico.....	42
Tabela 20 - Permanência dos estudantes no curso se não estivessem no Programa de Assistência Estudantil.....	42
Tabela 21 - Suficiência dos valores dos auxílios.....	43
Tabela 23 - Adequação do meio utilizado para o pagamento.....	43
Tabela 24 - Crença dos estudantes em serem cortados do Programa se não atenderem suas condicionalidades	44
Tabela 25 - Se os estudantes preferem a substituição dos Auxílios por residência universitária e alimentação gratuita.....	44
Tabela 26 - Se os estudantes consideram eficiente como o recurso é utilizado	45
Tabela 27 - Conhecimento dos estudantes sobre o Fórum Permanente de Assistência ao Educando	46
Tabela 28 - Conhecimento dos estudantes sobre como ocorrem as reuniões do Fórum Permanente de Assistência ao Educando.....	46
Tabela 29 - Conhecimento dos estudantes sobre os critérios de escolha dos membros do Fórum Permanente de Assistência ao Educando.....	47
Tabela 30 - Se os estudantes consideram importante a existência do Fórum Permanente de Assistência Estudantil.....	47
Tabela 30 - Se os estudantes se sentem representados no Fórum Permanente de Assistência Estudantil.....	48

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	1
2	OBJETIVOS	3
2.1	Objetivo Geral	3
2.2	Objetivos Específicos	3
3	POLÍTICA SOCIAL, ASSISTÊNCIA E EDUCAÇÃO	4
4	A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL	12
4.1	Contexto histórico da Assistência Estudantil no Brasil.....	12
4.2	Alguns estudos recentes sobre Assistência Estudantil	16
4.3	Financiamento do Programa Nacional de Assistência Estudantil	22
4.4	A Política de Assistência Estudantil no IFPA- <i>Campus</i> Conceição do Araguaia	24
5	MÉTODO	28
5.1	Participantes	28
5.2	Instrumentos de coleta de dados	29
5.3	Procedimentos	29
5.4	Análise dos dados	30
6	RESULTADOS E DISCUSSÃO	32
6.1	Perfil socioeconômico dos estudantes do curso de agronomia contemplados com auxílios	32
6.2	Percepção dos Discentes.....	37
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	49
8	REFERÊNCIAS	51
9	apêndice	55
	Apêndice A - Questionário de Pesquisa.....	56
	Apêndice B - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	61
	Apêndice C - Termo de Anuência	63
	Apêndice D - Parecer do Comitê de Ética	64

1 INTRODUÇÃO

A escolha do tema da pesquisa de mestrado é fruto de minha atuação profissional, que sempre esteve relacionada às áreas da assistência social e educação, principalmente para a efetivação de direitos sociais e melhoria nas condições de vida da população menos favorecida, estando essa atuação pautada nos princípios do Código de Ética do Assistente Social e no Projeto Ético-Político que rege a profissão.

Atuando há quase seis anos como assistente social do IFPA (Instituto Federal de Educação, Ciência e tecnologia do Pará) - *Campus* Conceição do Araguaia, tive oportunidade de acompanhar os primeiros passos da assistência estudantil desenvolvida no *Campus*, assim como os avanços e dificuldades ocorridos nesse percurso. No contato diário com os estudantes, em especial os do curso de Agronomia, pelas especificidades do curso e afinidade com a área, surgiram inquietações e questionamentos que nortearam o desenvolvimento desta pesquisa: Como os estudantes percebem o programa de assistência estudantil? Como a assistência estudantil contribui para a permanência e êxito acadêmico? Os auxílios atendem satisfatoriamente os estudantes no que cada benefício se propõe?

O programa de assistência estudantil surgiu no país com a finalidade de ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal, viabilizando condições de igualdade de oportunidades. Essas ações vêm sendo intensificadas nas últimas décadas e têm suas diretrizes estabelecidas pela Portaria Normativa nº 39, de 12 de dezembro de 2007, do MEC (Ministério da Educação) que institui o PNAES (Programa Nacional de Assistência Estudantil) e por meio do Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010 (BRASIL, 2010).

O artigo 2º do PNAES prevê os seguintes objetivos: democratizar as condições de permanência dos jovens na Educação Superior Pública Federal; minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da Educação Superior; reduzir as taxas de retenção e evasão; e contribuir para a promoção da inclusão social pela educação.

No art. 7º, o decreto prevê a transferência de recurso financeiro às Instituições Federais de Ensino Superior a fim de executar ações nas áreas de moradia estudantil, alimentação, transporte, atenção à saúde emergencial, creche, esporte, apoio pedagógico e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação. Quanto ao acompanhamento e avaliação da política, o artigo 5º estabelece que fica a critério das Instituições de Ensino fixarem tais mecanismos.

No âmbito do IFPA, a política foi regulamentada em 2012, através da resolução 134/2012, do Conselho Superior; entretanto, antes da resolução já havia ações de assistência estudantil desenvolvidas por meio de editais. A resolução estabelecia que a operacionalização das ações de assistência estudantil deveria ocorrer mediante equipe multidisciplinar, indicando a necessidade de criação de uma coordenação de assistência estudantil vinculada à Pró-Reitoria de Ensino, assim como a constituição, em cada *Campus*, de um fórum interno de assistência ao estudante, composto pela equipe multidisciplinar, representante de turmas e organizações estudantis.

A aprovação da portaria nº 147, de 08 de setembro de 2016, estabeleceu que a política e gestão da assistência estudantil são competências da Pró-Reitoria (PROEN), subsidiada pelo departamento de assistência estudantil e ações afirmativas (DAAI). Prevê, ainda, que cada *campus* deverá elaborar seu Plano de assistência estudantil (PAE).

No segundo capítulo abordaremos os objetivos propostos pela pesquisa, já o terceiro traz algumas considerações sobre os conceitos de política social, assistência e educação,

referenciando alguns importantes autores que tratam dessas temáticas. O quarto capítulo apresenta o contexto histórico da assistência estudantil, pontuando a questão do financiamento ao programa a partir da aprovação do decreto 7.234/2010, e, também, aponta alguns estudos recentes concernentes à política de assistência estudantil. O quinto capítulo se refere ao método utilizado na pesquisa, enfatizando como ocorreu a escolha dos participantes, os instrumentos de coleta de dados, procedimentos e análise dos dados. Os resultados da pesquisa, assim como a discussão são apresentados no sexto capítulo. As considerações finais e referências foram apresentadas respectivamente no sétimo e oitavo capítulos, sendo esta a composição da dissertação em tela.

2 OBJETIVOS

2.1 Objetivo Geral

Investigar a percepção dos estudantes do curso de Agronomia quanto ao programa de assistência estudantil desenvolvido no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará – *Campus* de Conceição do Araguaia- IFPA.

2.2 Objetivos Específicos

- a) Avaliar a contribuição da assistência estudantil para o desempenho acadêmico e permanência do estudante no curso, segundo a concepção dos discentes;
- b) Analisar a oferta dos auxílios moradia, alimentação e transporte, tendo em vista suas finalidades, valores e quantidades ofertadas.
- c) Analisar como os estudantes avaliam a gestão da política de assistência estudantil no *Campus*;
- d) Verificar como os estudantes avaliam a existência, atuação e participação do fórum Interno de assistência ao educando;
- e) Verificar o perfil socioeconômico dos estudantes de agronomia beneficiados com os auxílios.

3 POLÍTICA SOCIAL, ASSISTÊNCIA E EDUCAÇÃO

Para uma melhor elucidação da assistência estudantil, objeto de pesquisa deste estudo, consideramos importante examinar os conceitos de política social e assistência social. Sabemos que existem várias perspectivas de análise das políticas sociais e da política de assistência estudantil, mas destacamos neste trabalho as considerações que apresentam consonância com o nosso modo de pensar essas políticas; portanto, não é coincidência que a maioria dos autores referenciados neste trabalho seja da área do Serviço Social.

Compreendemos a política de assistência estudantil enquanto uma política social, uma vez que tem como principal objetivo minimizar os efeitos das desigualdades sociais visando à permanência e ao êxito dos estudantes. Sendo assim, nos reportamos aos trabalhos de autores como Faleiros (2000), Behring (2009), Demo (1994) e Yasbek (1996) sobre política social no campo da assistência social; este recorte é necessário porque, de forma geral, política social também se refere à política social de saúde, de educação e de seguridade social. Desta forma, são diversas as políticas que podem ser consideradas políticas sociais; entretanto, nosso foco, neste trabalho, é o conceito de política social trazido pelos autores supracitados. Posteriormente, nos direcionaremos à política de assistência social na medida em que dará subsídios para discutirmos a política de assistência estudantil. Entretanto, a política de assistência estudantil não está situada no campo das Políticas de assistência social, mas, por apresentar caráter distributivo, consideramos pertinente tratar também desta temática.

A perspectiva de análise aqui proposta sobre a política social parte do contexto do sistema capitalista de produção e suas contradições, pois as políticas sociais surgem a partir das demandas sociais que emergem com o surgimento do sistema capitalista que, por um lado, revolucionou os meios de produção, com o avanço tecnológico, mas, por outro, criou as condições degradantes de vida e de trabalho. Não há dúvidas de que a revolução industrial alterou a dinâmica de produção, e, conseqüentemente, a dinâmica social, econômica e política da sociedade.

Nessa perspectiva, as demandas sociais, ou a questão social, são o conjunto de desigualdades sociais criadas a partir das relações sociais constitutivas do capitalismo contemporâneo a partir da segunda metade do século XIX, quando ocorre a pauperização massiva dos primeiros trabalhadores das concentrações industriais na França e na Inglaterra. O conceito de questão social mais difundido no Serviço Social é o de Carvalho e Yamamoto (1983), que, segundo os autores, se reporta ao reconhecimento da classe operária como classe pelos empresários e pelo estado:

A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e repressão (CARVALHO & YAMAMOTO, 1983, p.77).

Nesse período, os trabalhadores eram explorados ao extremo, estando expostos a longas jornadas de trabalho e a ambientes de trabalho insalubres, inseguros; além disso,

utilizava-se comumente a mão de obra infantil. As condições de moradia, também, eram péssimas, pois as pessoas começaram a abandonar o campo em direção aos centros urbanos que se formavam. O resultado foi a formação de vilas, onde os trabalhadores viviam sem as mínimas condições de higiene, saneamento e segurança, gerando, assim, a proliferação de doenças, violência e uma série de outras mazelas. Diante do contexto das péssimas condições de trabalho e moradia, os operários passaram a se mobilizar e a se organizar a fim de reivindicar melhores condições de trabalho e de vida.

Antes da revolução industrial, a luta de classe já existia, no entanto, com o advento do sistema capitalista, os problemas sociais se intensificaram, se evidenciaram e mobilizaram a classe subordinada. Assim, foi no contexto do sistema capitalista e, para atender aos interesses do sistema capitalista, que surgiram as políticas sociais. E, foi através delas que o Estado buscou o consenso entre as classes, visando à manutenção e ao predomínio dos interesses do capital. Elas são um instrumento estratégico de intervenção do Estado.

Para Faleiros (2000), a política social estigmatiza, controla e, ao mesmo tempo, esconde da população as relações dos problemas sentidos com o contexto global da sociedade, pois é implantada com o objetivo de reintegrar os desviados sociais, os anormais; isso ocorre devido à ideologia da normalidade, que pressupõe que os indivíduos devem trabalhar para poder satisfazer suas necessidades de subsistência e de suas famílias através dos salários.

O trabalho é uma das categorias centrais na sociedade capitalista, é o critério para a vida dentro da “normalidade”; desta forma, os que não conseguem, por alguma razão, se enquadrar neste critério são censurados socialmente através das políticas sociais que lhes atribuem seu fracasso.

Enfatizando o caráter contraditório que envolve a questão, Faleiros (2000) acrescenta que:

a política social é uma gestão estatal da força de trabalho, articulando as pressões e movimentos sociais dos trabalhadores com as formas de reprodução exigidas pela valorização do capital e pela manutenção da ordem social (FALEIROS, 2000, p.64).

Na concepção dialética da sociedade, o Estado aparece como o mediador das relações sociais, cabendo a ele garantir as condições gerais de reprodução do capital e da produção, já que é ele quem assume os investimentos não rentáveis para o capital – ou os que superam a disponibilidade dos capitalistas –, estabelece facilidades jurídicas, transforma recursos públicos em meios de favorecer e estimular o capital, gere o crédito em favor da acumulação de capital e investe em grandes empreendimentos (FALEIROS, 2000).

Neste sentido, as políticas sociais atuam na valorização do capital e interferem diretamente na valorização e na validação da força de trabalho. As Políticas Públicas de educação, capacitação para empregabilidade, saúde e habitação interferem diretamente na relevância da força de trabalho, assim como os seguros sociais, a formação continuada e a medicina de empresa, que são acionados quando a capacidade de produção do trabalhador é afetada ou diminuída, a fim de que o trabalhador retorne rapidamente ao mercado de trabalho.

Para Faleiros (2000), a reprodução da força de trabalho ocorre por meio das políticas de emprego, desemprego, seguros sociais, assistência social etc., pois tratam-se de políticas que atuam na manutenção da capacidade de trabalho e de sua restauração ou guarda. No entanto, existem as políticas sociais vinculadas à manutenção da família, responsáveis pela

reserva de futura mão de obra, que são as políticas voltadas para o lazer, creche, escolas etc. As creches também estão vinculadas à participação da mulher como força de trabalho.

O referido autor enfatiza ainda que políticas sociais de educação, capacitação para a empregabilidade, saúde e habitação interferem na valorização da força de trabalho e consomem mercadorias para sua reprodução. A política social transita entre o capital e o trabalho, ou seja, ao mesmo tempo em que tem por objetivo atender aos interesses do capital, também tem a função de garantir as necessidades básicas da classe trabalhadora. Dessa forma, ela atua como mediadora da relação capital x trabalho.

Com relação à camada da população que não está inserida no mercado de trabalho, Faleiros (2000) afirma que se trata de uma população excedente que é produzida pelo próprio capital e constitui-se em um exército industrial de reserva e, como tal, precisa de certos cuidados por parte do Estado, a fim de que possam, eventualmente, ser acionados para uma substituição.

A manutenção da massa de desempregados ou excluídos socialmente é realizada pela assistência social, resolvendo o problema da crise de superprodução e/ou de crises sociais de manutenção da ordem social, como acrescenta Faleiros (2000, p.74), “essa monetização da força de trabalho pela assistência, vinculada a um discurso de valorização do homem, não representa senão uma pseudovalidação social da existência da reserva”. Para este autor, as políticas de transferência de dinheiro e de distribuição de renda têm como por objetivo dinamizar a própria capacidade ociosa do capital.

Behring e Boschetti (2015) também compreendem as políticas sociais como processo de relações complexas e contraditórias que se estabelecem entre o estado e a sociedade civil, no âmbito dos conflitos e luta de classes que envolvem o processo de produção e reprodução do capitalismo. As autoras relacionam as políticas sociais às determinações econômicas que, em cada momento histórico, atribuem um caráter específico ou uma dada configuração ao capitalismo e às políticas sociais. Além dos aspectos econômicos, a análise das autoras também leva em consideração o ponto de vista histórico, político e cultural, que se inter-relacionam como elementos da totalidade analisada.

Levando-se em consideração as dimensões citadas, as autoras traçam uma análise das políticas sociais a partir das diversas fases do capitalismo. Nesse sentido, através de uma perspectiva histórica, as autoras analisaram que é o contexto socioeconômico que dá o tom às políticas sociais, uma vez que as possibilidades e limites dessas políticas estão relacionados às crises do capital.

Para Yasbek (1996), a política social é uma modalidade de intervenção do Estado no âmbito do atendimento às necessidades sociais básicas dos cidadãos, visto que ela responde a interesses diversos, ou seja, expressa relações, conflitos e contradições que resultam da desigualdade estrutural do capitalismo. As políticas sociais são intervenções condicionadas pelo contexto histórico em que emergem.

Pereira (2008) também comunga da ideia de que a política social é produto da conflituosa relação entre Estado e Sociedade. Para a autora, a política social está no centro de interesses opostos, já que é o resultado da pressão simultânea de indivíduos distintos. A autora enfatiza, ainda, a dificuldade de se definir política social, pois conceituar e definir implica em conhecer que existem paradigmas ou estatutos epistemológicos competitivos e rivais que são colocados à disposição desse processo, pois “trata-se de um processo complexo, multifacetado, contraditório e dinamicamente relacional” (PEREIRA, 2008, p.15).

A perspectiva adotada por Pereira (2008) aponta para a compreensão da política social como um produto complexo e contraditório que envolve relações simultâneas,

antagônicas e recíprocas entre capital x trabalho, Estado x sociedade e princípios de liberdade e de igualdade que regem os direitos de cidadania. Trata-se de um conceito complexo, que não condiz com a ideia pragmática de mera provisão ou alocação de decisões tomadas pelo Estado e aplicadas verticalmente na sociedade.

O contexto do sistema capitalista no século XIX traz uma reestruturação e mudanças fundamentais nas políticas sociais, segundo a referida autora. O processo de globalização e problemas como o envelhecimento populacional, o desemprego estrutural, a dinâmica migratória, a reestruturação da família, dentre outros fatores, reforçam a tendência de transformar o Estado de bem-estar em uma instituição competitiva, que combine políticas distributivas clássicas com políticas ativas de trabalho, educação e formação profissional, a fim de contribuir para o aumento da produtividade e para a diminuição dos custos, conforme o ideário neoliberal/conservador.

A lógica competitiva tem subordinado a política social à política econômica, seja transferindo a carga fiscal do capital para o trabalho, seja diminuindo os gastos sociais com programa universais e flexibilizando o trabalho (PEREIRA, 2008, p.194).

Para Demo (1994), a política social no contexto do capitalismo subdesenvolvido é contraditória, tem seu alcance limitado e não consegue ultrapassar a lógica do sistema. O autor contextualiza a política social como uma proposta planejada de enfrentamento das desigualdades sociais, tendo como pano de fundo a questão social.

O autor supracitado enfatiza que as políticas sociais devem ter por finalidade atuar nas desigualdades sociais, reduzindo-as. Nesse sentido, devem ter caráter preventivo, ou seja, devem estar focadas nas raízes dos problemas. Demo (1994) destaca, ainda, que tais políticas precisam ser redistributivas de renda e poder. O que se percebe é que as políticas sociais acabam se concentrando apenas no caráter distributivo, e quanto a isso Demo (1994, p. 22) supõe que:

- a) É feita na medida das sobras; seu papel é de “bombeiro”, sobretudo em uma economia recessiva;
- b) tende a beneficiar a quem já é privilegiado, mantendo o sistema imperturbável;
- c) mistifica a pobreza como sina, falta de sorte, mau jeito, escamoteando que é causada, mantida cultivada, e por isso injusta;
- d) descarta o pobre como agente principal de enfrentamento das desigualdades, tornando-o objeto das distribuições.

Ainda, acerca da política social, Demo (1994) enfatiza que esta deve favorecer aos mais pobres, reivindicando as oportunidades que foram apropriadas pela classe dominante, como forma de corrigir as desigualdades sociais. Este utiliza o exemplo da universalização da educação, que deve ser oportunizada a todos de modo incondicional e com a mesma qualidade.

O caráter emancipatório também é lembrado pelo autor, onde a autonomia econômica está relacionada à autonomia política. A autonomia econômica dá autosustentação e a política diz respeito ao caráter democrático. Neste sentido, Demo (1994, p.23) destaca que

“não é ideal social ser assistido, a menos que seja inevitável. Uma sociedade se faz de sujeitos capazes, não de objetos de cuidado”.

Demo (1994) apresenta uma sistematização de política social em três horizontes teóricos e práticos, que são: políticas assistenciais, políticas socioeconômicas e políticas participativas.

Quanto às políticas assistenciais, este autor compreende que existem grupos populacionais que não se sustentam, necessitando das políticas assistenciais para sua sobrevivência, e fazem parte desses grupos crianças e adolescentes vítimas de pobreza material¹, deficientes pobres, impossibilitados de trabalhar e de produzir e idosos em condições sociais precárias. Entretanto, Demo (1994) destaca que os primeiros sujeitos necessitam de assistência estrutural, uma vez que não se autossustentam e esta é a forma concreta de realizar seu direito à sobrevivência; em relação aos idosos e aos deficientes, o autor ressalta que os mesmos necessitam de assistência conjuntural, pois a assistência é momentânea e tem a finalidade de recompor a capacidade de autossustentação.

É importante destacar a distinção feita pelo autor dos conceitos de assistência e assistencialismo, o autor deixa claro que assistencialismo é o cultivo do problema social na forma de ajuda, uma estratégia de manipulação das desigualdades sociais. Por outro lado, a assistência trata de um direito humano adquirido, uma vez que a assistência não é a solução para o problema do indivíduo, pois atua no atendimento emergencial, visto que “assistir não é solucionar” (DEMO, 1994, p. 31); entretanto, mesmo não sendo a solução para o problema do indivíduo, ele tem direito de ser assistido.

A política socioeconômica está relacionada ao enfrentamento da pobreza socioeconômica, são as políticas de geração de emprego; políticas de apoio às microproduções; políticas de profissionalização de mão de obra; políticas de habitação; políticas de saúde, nutrição e saneamento; políticas de previdência; políticas de transporte; políticas de urbanização. Estas políticas seguem a lógica de atuar numa via emancipatória, seja através do trabalho ou da produção, evitando, desta forma, assistir o sujeito.

As políticas participativas são iniciativas voltadas ao enfrentamento da pobreza política da população, e, é neste contexto que se inserem as políticas educacionais; as políticas culturais; as políticas de comunicação; as políticas partidárias; as políticas sindicais; as políticas de segurança pública; as políticas de justiça; as políticas de defesa da cidadania e as políticas de organização da sociedade civil. A característica fundamental destas políticas é a de que o bem-estar não é dádiva, é conquista, e “enfrentar politicamente a pobreza significa partir do real interesse do pobre” (DEMO, 1994, p. 41).

Na política participativa, a presença conscientemente organizada do pobre é fundamental, trata-se do compromisso emancipatório que se dá através do processo emancipatório por si só, dada as circunstâncias, sem dependência. A participação presume a autossustentação; a cidadania presume a participação e autossustentação, como enfatiza Demo (1994, p. 42), “cidadão pleno participa e trabalha/produz”. Desta forma, cabe destacar a importância da participação, por ser considerada, pelo autor, como a alma da educação e como o processo de desdobramento criativo do sujeito social.

¹ Para DEMO a pobreza pode ser tanto socioeconômica, quanto pobreza política. A pobreza socioeconômica se refere a carência material, ou seja, fome, favela, desemprego, mortalidade infantil, doenças... Por outro lado, a pobreza econômica trata-se da dificuldade histórica do pobre superar a sua condição de objeto manipulado, para atingir a de objeto consciente e organizado em torno de seus interesses (DEMO, 1994, p. 20)

A assistência social, enquanto modalidade da política social, é tema abordado também por Yasbek (1996) e Sposati (2003) no estudo da política de assistência social no Brasil, na área do Serviço Social. O termo assistência é apresentado por Yasbek (1996) como “uma forma de subsídio: técnico, financeiro, material, psicológico, etc. Enfim, ela se constitui num campo dinâmico de transferência que não é unilateral, pois supõe de um lado a necessidade e de outro a possibilidade” (YASBEK, 1996, p. 10).

Para a autora, a assistência constitui-se num mecanismo utilizado pelo Estado para prover as necessidades básicas através da transferência de bens e serviços às classes menos favorecidas. A assistência constitui-se numa forma de enfrentamento e alteração das desigualdades sociais, diferentemente do assistencialismo, onde a transferência de bens e serviços perpassa por uma relação de poder que subalterna quem necessita, passando a dever um favor a quem possibilitou tal benefício (YASBEK, 1996).

A assistência enquanto política do campo social é uma expressão de relações sociais que reproduzem os interesses em confronto na sociedade; reproduzem a exploração, a dominação e a resistência, num processo contraditório em que se acumula riqueza e pobreza (Yasbek, 1996). Sobre a assistência, Sposati (2003) considera que são ações compensatórias das desigualdades sociais:

Tem se constituído o instrumento privilegiado do Estado para enfrentar a questão social sob a aparência de ação compensatória das desigualdades sociais. Para isso, institui políticas e cria organismos responsáveis pela prestação de serviços destinados aos trabalhadores identificados como pobres, carentes, desempregados (SPOSATI, 2003, p. 28).

A categoria “assistência” é analisada por Yasbek e Sposati sob a ótica das contradições inerentes às políticas sociais, que ao mesmo tempo em que garantem as mínimas condições de subsistência às classes menos favorecidas, atendendo às pressões dos movimentos sociais, também se tornam um forte instrumento de manipulação, de alienação da classe dominante sobre os excluídos socialmente.

No que tange especificadamente à questão da assistência, Demo (2000) enfatiza que a política de assistência social não é emancipatória, ela é um direito adquirido por meio da cidadania; mas que, por outro lado, não promove a cidadania, pois, para alcançar a cidadania é preciso fazer uso de políticas sociais emancipatórias, como é o caso da educação.

A relação entre assistência e educação é apresentada por Demo (2000) através do Programa Bolsa Escola, pois o programa tinha um contexto educativo, com uma estratégia de fundo voltada para a questão da assistência. O autor chama a atenção para duas questões relacionadas a esse programa. A primeira é o caráter secundário dado à educação, quando na verdade trata-se de um dos aspectos da política social; o outro problema é o fato da supervalorização do benefício pelas famílias assistidas, dando mais importância ao benefício assistencial do que à educação ofertada.

Nesse tipo de programa, os efeitos assistenciais são mais visíveis e controláveis, mas, como os resultados educacionais só serão percebidos em um longo prazo, é necessário que haja uma gestão qualificada e que seja realizado um trabalho a longo prazo para que se perceba seus efeitos na educação.

No caso do Programa Bolsa Escola de Brasília-DF, Demo (2000) chama a atenção para a dicotomia existente entre o discurso dos profissionais que atuavam nas políticas

sociais, sendo possível encontrar discursos críticos de profissionais que se diziam adeptos da educação transformadora, mas que, na prática, contribuem para o *status quo*.

A política social emancipatória, segundo Demo (2000), requer dos profissionais que atuam nas entidades assistenciais e educacionais uma postura de confronto ao sistema. Para o autor, todo processo emancipatório requer um compromisso tendencialmente radical. O nível de confronto varia de acordo com a ideologia, com as convicções e militância do profissional. Cada profissional, de acordo com a sua consciência histórica, decide até onde ir com esse confronto.

O referido autor afirma que a maioria dos programas assistenciais é assistencialista porque apenas distribui restos, atende a uma parcela ínfima da população, não tem recursos mínimos garantidos, não possui qualidade de atendimento e não se vincula ao processo emancipatório da população atendida.

Portanto, todo processo emancipatório necessita de assistência, mas, acima de tudo, é necessário que haja uma competência política para manejar essa assistência, entretanto, para realizá-la em nome da autonomia, Demo (2000) considera que:

assim como, em educação, apenas alfabetizar não basta, também porque é sempre possível “imbecilizar”, na assistência ocorre o mesmo: Dar benefício pode ser muito prejudicial ao pobre. Declarar verbalmente que se busca também a cidadania dele não resolve. É necessário traduzir em práxis concreta, a começar pela *standpointepistemology*: saber colocar-se no lugar do pobre, tentativamente, procurar entendê-lo de seu ponto de vista (DEMO, 2000, p. 112).

Neste sentido, a política de assistência necessita contribuir para que o beneficiário se torne sujeito autônomo e não como mero receptor. Da mesma forma, deve haver uma adequada aprendizagem do processo político para que o indivíduo seja capaz de perceber criticamente a realidade que o cerca.

Para Freire (2001), a autonomia vai se constituindo através das várias decisões que vão sendo tomadas, caracterizando o amadurecimento do ser para si mesmo, e é através deste processo que a liberdade vai preenchendo os espaços antes ocupados pela sua dependência.

A pedagogia da autonomia, defendida por Freire, tem como pressuposto o educando como sujeito do processo histórico. A educação libertadora proposta pelo autor possibilita o desenvolvimento da capacidade do indivíduo de criar suas próprias representações do mundo, pensar estratégias para soluções de problemas e aprender a se compreender como sujeito da história.

Nesse sentido, a autonomia se faz fundamental para a construção de uma sociedade democrática e para criar condições de participação política. Para Freire (2001), a educação não é neutra, é politizada; e educação e política estão relacionadas, pois, as práticas educativas ocorrem dentro de um contexto político; portanto, as práticas educativas progressistas devem possuir politicidade em sua aplicação, estando comprometidas com a leitura crítica do mundo e com a mudança social.

Freire (2001) enfatiza o caráter político de sua proposta pedagógica e critica as práticas puramente assistencialistas porque “significa então reconhecer a natureza política desta luta. Natureza política que descarta práticas puramente assistencialistas de quem pensa comprar um ingresso no céu com o que colhe na terra com sua falsa generosidade” (FREIRE, 2001, p. 20). Pensar a prática pedagógica proposta por Freire é pensar na educação enquanto

possibilidade de transformação do mundo que resulte em um mundo mais humano e mais justo.

As discussões trazidas pelos autores supracitados sustentam as análises da política de assistência estudantil propostas em tela. As leituras nos remetem a alguns questionamentos irrevogáveis, tais como: Até que ponto a Política Nacional de assistência estudantil apresenta condições para que os estudantes beneficiados atuem como protagonistas nessa política? O processo de participação dos estudantes no processo de implementação da política garante a autonomia dos mesmos? Como os estudantes se percebem no contexto da assistência estudantil? Essas são algumas das reflexões que pretendemos apresentar nos resultados e discussões que serão apresentados neste estudo.

4 A POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

4.1 Contexto histórico da Assistência Estudantil no Brasil

As ações de assistência estudantil ocorrem no Brasil desde o início do século XX e estão estritamente relacionadas à questão política do país. Kowalski (2012) retrata a constituição da política estudantil no país em três fases: a primeira fase consiste no período que vai desde a criação da primeira universidade até a democratização política; o segundo momento refere-se ao período de grandes debates e projetos de leis que resultaram em uma nova configuração da assistência estudantil; e a terceira fase consiste no período de expansão e reestruturação das IFES (Instituições Federais de Ensino Superior).

No início da primeira fase, segundo a autora, as ações da assistência estudantil eram pontuais e, na maioria das vezes, estavam relacionadas aos direitos dos indivíduos à educação, à organização dos estudantes em centros voltados para sua adaptação e participação no espaço acadêmico. Os benefícios concedidos não resultaram na permanência de um número expressivo de jovens nas universidades; visto que, nesse período ainda não havia um projeto de âmbito nacional voltado exclusivamente para a assistência estudantil.

Em 1929, foi criada a Casa do Estudante do Brasil, localizada no Rio de Janeiro. Era um casarão de três andares, onde também funcionava um restaurante popular frequentado por estudantes com dificuldades econômicas. A casa funcionou durante todo o governo de Getúlio Vargas e recebia estudantes que saíam de suas cidades para estudar no Rio de Janeiro, nas escolas secundárias e nas instituições de Ensino Superior (PINTO, 2015).

Em 1930, o presidente Getúlio Vargas realizou importantes medidas em relação à política de educação no país. Houve, assim, a primeira reforma nacional da educação, resultando na primeira tentativa de regulamentação de assistência ao estudante do Ensino Superior, através do decreto 19.851/1931, conhecido como estatuto das universidades brasileiras (PINTO, 2015) e do decreto 19.850/1931, que priorizava o sistema universitário em detrimento das escolas superiores isoladas.

Através da Constituição Federal de 1946, a assistência estudantil passa a ser regulamentada. O artigo 172 previa que cada sistema de ensino deveria ter, obrigatoriamente, serviços de assistência educacional que assegurasse aos alunos necessitados condições de eficiência escolar.

Durante a ditadura militar, o movimento estudantil promoveu várias discussões sobre educação superior no país, através da UNE (União Nacional dos Estudantes), e, em 1961, elaboraram um documento com várias reivindicações relacionadas ao Ensino Superior, que ficou conhecida como Declaração da Bahia. Ainda, em 1961, é promulgada a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), que previa em seu artigo 90 a assistência social, médico-odontológica e de enfermagem aos estudantes; e, no artigo 91, previa a concessão de bolsa integral ou parcial aos estudantes, para custeio dos estudos.

Em 1962, através da UNE, os estudantes discutiram novamente a questão da assistência estudantil, que resultou em reivindicações para a construção de casas de estudantes, aumento no número de restaurantes universitários, dentre outras.

Com a redemocratização, ocorrida no Brasil no final da década de 1970, a assistência estudantil entra em uma nova fase e as discussões em torno do acesso e permanência dos estudantes no Ensino Superior ganham destaque nos encontros nacionais de Pró-Reitores de

Assuntos Comunitários e Estudantis e nas reuniões da ANDIFES (Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior); a partir dessas discussões, foi criado, em 1987, o FONAPRACE (Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis) com a finalidade de promover a integração regional e nacional das IFES, visando fortalecer as políticas de Assistência ao estudante.

Em 1988, a Constituição Federal estabelece a educação enquanto direito de todos e dever do estado e da família (art. 205), e estabelece o princípio da igualdade nas condições de acesso à educação (art. 206). Com a perspectiva de democratização da educação no país, iniciou-se um processo de aprovação de Leis e Planos Nacionais voltados para a melhoria da educação no país, tais como a LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação, o PNE - Plano Nacional de Educação e o PNDE - Plano Nacional de Desenvolvimento da Educação.

Em 1998, o MEC realizou uma pesquisa que objetivava conhecer o perfil socioeconômico e cultural dos estudantes das Instituições Federais de Ensino Superior, assim, os resultados da pesquisa indicaram os parâmetros para as ações de assistência estudantil.

O Plano Nacional de Educação, aprovado em 10 de janeiro de 2001, acatando uma reivindicação direta do FONAPRACE, determina a adoção de programas de assistência estudantil, tais como bolsa-trabalho ou outros destinados a apoiar estudantes carentes que demonstrem bom desempenho acadêmico. No entanto, as diretrizes norteadoras para a definição de programas e projetos de ações assistenciais aos estudantes só foram estabelecidas em 2007, com a aprovação do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). Aqui se inicia a terceira fase da contextualização da assistência estudantil.

O PNAES formalizou a assistência estudantil como política pública e estabeleceu como ações de assistência estudantil aquelas relacionadas à “moradia, alimentação, transporte, assistência à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche e apoio pedagógico” (MEC, 2007, p.01). O Programa determina que cada instituição deverá desenvolver a assistência estudantil levando em consideração as suas especificidades e ressalta que:

as ações de assistência estudantil devem considerar a necessidade de viabilizar a igualdade de oportunidades, contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico e agir, preventivamente, nas situações de repetência e evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras (BRASIL, 2007, p.01).

Ainda em 2007, foi aprovado o Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, instituindo o Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI). O plano previu a ampliação de políticas de inclusão e de assistência estudantil, com a finalidade de melhorar as condições de acesso e possibilitar garantias de permanência aos estudantes na educação superior. (KOWALSKI, 2012).

Em 2010, o Governo Federal reforça as diretrizes do PNAES através do Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010 (BRASIL, 2010). O novo documento acrescenta, dentre as áreas de assistência estudantil, o acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação e, além disso, estabelece, como público prioritário, os estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar *per capita* de até um salário mínimo e meio.

Com a promulgação do Decreto nº 7.234 e a garantia do repasse de verba federal às instituições públicas de Ensino Superior para a execução do PNAES, houve a intensificação das ações de assistência estudantil em todo o país, colocando essa política em evidência. É

importante analisar as estratégias de execução e as peculiaridades da política nas instituições de ensino, contribuindo, assim, na discussão e aprofundamento sobre esses mecanismos governamentais que buscam garantir a equidade educacional.

Em 2014, as ações de assistência estudantil foram reafirmadas na aprovação do Plano Nacional de Educação para o período de 2014 a 2024. Dentre as estratégias, está “elevar gradualmente o investimento em programas de assistência estudantil e mecanismos de mobilidade acadêmica, visando garantir as condições necessárias à permanência dos (as) estudantes e à conclusão dos cursos técnicos de nível médio”, pela Lei 13.005/2014 (Brasil, 2014).

O plano prevê ainda a ampliação da política de assistência estudantil dirigida aos estudantes de instituições públicas, bolsistas e beneficiários do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), a fim de reduzir as desigualdades étnico-raciais e ampliar as taxas de acesso e permanência na educação superior de estudantes egressos da escola pública, afrodescendentes e indígenas e de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento altas habilidades ou superdotação.

Torenzane (2015) apresenta uma sistematização das principais ações da assistência estudantil a partir da década de 1980. O autor destaca a atuação do FONAPRACE enquanto principal articulador da política de assistência estudantil. É possível perceber no quadro de 2007, que a instituição do Programa de Apoio ao Plano de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) e PNAES, marcam a efetivação da assistência estudantil enquanto política pública.

Quadro 1- Ações de Assistência Estudantil a partir de 1980

Ano	Ações
1987	Criação do FONAPRACE
1988	Promulgação da Constituição Federal, artigo 206, “I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”.
1994	Realizado um primeiro levantamento amostral do perfil socioeconômico dos alunos de graduação das IFES.
1996	Aprovação da Lei de Diretrizes e Bases – LDB, artigo 3º: “o ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”.
1996/1997	Realização da pesquisa: Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das IFES Brasileiras.
2000	Carta de apoio: Assistência Estudantil: uma questão de investimento
2001	Elaboração do Plano Nacional de Assistência aos Estudantes de Graduação das Instituições Públicas de Ensino Superior.
2001	Aprovação do Plano Nacional de Educação – PNE 2001 – 2010

2003/2004	Realização da 2ª pesquisa: Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das IFES Brasileiras.
2007	Decreto 6.096, de 24 de abril de 2007, cria o REUNI
2007	Elaboração do novo Plano de Assistência Estudantil
2007	Portaria Normativa nº 39, de 12 de dezembro de 2007, instituiu o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES.
2010	Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, institui o PNAES.
2010	Plano Nacional de Educação 2011 – 2020
2011	Realização de nova pesquisa: Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação das Universidades Federais Brasileiras.
2012	52ª Reunião Ordinária do FONAPRACE e criação dos GTS para análise e discussões dos programas nas IFES.
2013	53ª Reunião Ordinária do FONAPRACE, apresentação dos levantamentos da funcionalidade do PNAES e novas ações, visando mobilização do Governo quanto à necessidade de revisão dos recursos e buscando atender todos os Estudantes necessitados.
2014	Reunião da Região Sudeste do FONAPRACE, avaliação das negociações com o Governo Federal, bem como o impacto da expansão do Ensino Técnico e Superior referente à Rede Federal junto aos Institutos Federais e às Universidades sem previsão de ajustes no orçamento para atender os estudantes que se encontram na margem da vulnerabilidade social.
2014	56ª Reunião Ordinária do FONAPRACE, apresentação dos levantamentos da funcionalidade do PNAES e novas ações visando mobilização do Governo quanto à necessidade de revisão dos recursos buscando atender todos os Estudantes necessitados. O pleito da ANPG para incluir os pós-graduandos no PNAES, solicitando para isso o apoio do movimento educacional, como o FONAPRACE, trouxe à tona a necessidade de se discutir a assistência estudantil em novos moldes, de forma mais ampla, de modo que ela não atenda apenas a graduação presencial, mas o conjunto de estudantes da rede federal que necessitam.
2014	Aprovação do Plano Nacional de Educação – PNE 2014 – 2024

Fonte: Torenzane, 2015.

Em outubro de 2015, o Coordenador do FONAPRACE relatou que as expectativas para 2016, diante do cenário de crise, eram de que algumas obras relacionadas à assistência estudantil poderiam passar por algumas dificuldades, em função da redução dos recursos federais em investimentos e custeios. A pretensão da gestão do FONAPRACE era de

transformar o PNAES, enquanto decreto presidencial para uma lei federal, tendo em vista que enquanto decreto presidencial trata-se de uma política de governo com as instabilidades que tem os decretos, que, por mudança de governo ou mudança de humor do governo, podem ser cancelados.

Em 2015, o FONAPRACE implementou o Observatório da Assistência Estudantil, sendo que, em um primeiro momento foi realizada nova pesquisa do perfil discente, mas os dados ainda não foram disponibilizados. Além do perfil discente, o Observatório pretende, também, desenvolver o perfil das instituições em relação à assistência estudantil; os dados já foram coletados e ainda estão, também, em análise. O objetivo principal do FONAPRACE até 2015 era de cruzar os dados das duas pesquisas para substanciar as ações da assistência estudantil.

Com o afastamento da Presidente Dilma Rousseff, em 2016, e com a posse de Michel Temer na Presidência da República, várias mudanças ocorreram no que se refere às políticas públicas e aos direitos sociais e trabalhistas que ao longo do tempo haviam sido adquiridos. São várias as propostas de emendas constitucionais e reformas que estão tramitando na Câmara dos Deputados e no Senado. No âmbito da educação, o que se observa é que vem ocorrendo um verdadeiro desmonte em todos os seus níveis.

Com o argumento de que é necessário equilibrar as contas federais, o presidente Michel Temer vem realizando várias mudanças nas políticas sociais e econômicas do país. São diversas propostas de medidas provisórias e emendas constitucionais que representam um risco sem precedentes aos direitos sociais, educacionais e de cidadania.

O governo vem realizando cortes em programas de expansão das matrículas em nível superior, como PROUNI e FIES, e a retração dos investimentos para a construção de novas Universidades e Institutos Federais de Educação Profissional e Tecnológica (IFES).

A aprovação da proposta da emenda parlamentar, PEC 124 ou PEC 55, compromete o alcance da meta relacionada à assistência estudantil, prevista no PNE, que era de aumentar gradualmente o investimento em programas de assistência estudantil e mecanismos de mobilidade acadêmica, visando a garantir as condições necessárias à permanência dos estudantes e à conclusão dos cursos técnicos de nível médio. Portanto, a tendência é de retrocesso no que se refere à assistência estudantil nos próximos anos.

4.2 Alguns estudos recentes sobre Assistência Estudantil

Com a intensificação das ações de assistência estudantil aos estudantes de nível superior a partir de 2010, houve um aumento significativo de produções científicas relacionadas a essa política.

Nas teses, dissertações e artigos pertinentes à temática encontrados em sítios da internet, como o Portal da CAPES, banco de teses do PPGEA e *sites* de buscas, é possível observar que a produção literária desse tema se intensificou a partir de 2013, as principais produções encontradas foram dissertações de mestrado, o número de produções provenientes de doutorado foram menores, porém, de grande importância e contribuições.

Sistematizei algumas dessas produções e em seguida pontuei de forma resumida os principais aspectos das produções científicas apresentadas.

Quadro 2- Principais Teses e Dissertações sobre Assistência Estudantil no período de 2013-2016

TÍTULO	AUTOR	TIPO DE DOCUMENTO	ANO
Acesso e Permanência na UFPR: Uma Análise da Política de Assistência Estudantil (2010-2014).	Souza, Daniele Graciane	Dissertação	2016
A Assistência Estudantil no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina: Em análise o programa de atendimento ao estudante em vulnerabilidade social.	Spricigo, Fabrício	Dissertação	2016
A implementação da política de assistência estudantil na Universidade Federal do Amazonas no período de 2007 a 2012.	Teles, Maria Alcione Pereira	Dissertação	2015
A política de assistência estudantil da UFF em duas fases: a institucionalidade dos processos e as perspectivas da demanda estudantil.	Pinto, Giselle	Tese	2015
Serviço Social e educação em perspectiva: uma análise da implementação do programa de assistência estudantil no instituto federal de educação, ciência e tecnologia de São Paulo.	Silva, Juliana Fernanda da	Dissertação	2015
Uma análise das ações de assistência estudantil no contexto do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe.	Nascimento, Ana Paula Leite	Dissertação	2014
A política de assistência estudantil na universidade federal: da escola pública para o Ensino Superior. http://hdl.handle.net/10923/6786	Graeff, Betina Alves	Dissertação	2014
A política de assistência estudantil no governo Lula: 2003 a 2010	Santiago, Salomão Nunes	Dissertação	2014
O Programa Nacional de Assistência Estudantil/PNAES: uma análise a partir dos/as assistentes sociais da universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e da Universidade Federal da Paraíba (UFPB).	Marques, Sebastião Rodrigues	Dissertação	2014
Assistência Estudantil no Contexto da “Reforma” do Ensino Superior Público do Brasil: Um estudo da Assistência Estudantil da UFS a partir da Implantação do PNAES.	Melo, Maria Rosângela Albuquerque	Dissertação	2013
Desafios e Possibilidades da Política de Assistência estudantil da UFJF.	Assis, Anna Caroline Lili de	Dissertação	2013
Abordagem avaliativa da política de assistência estudantil em uma instituição de ensino profissional.	Ramalho, Ludimila Eleonora Gomes	Dissertação	2013

Da legislação à prática: uma análise do programa de auxílio permanência, da política de assistência estudantil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília para os estudantes em vulnerabilidade social.	Parente, Andrea Pinto Graça	Dissertação	2013
---	-----------------------------	-------------	------

O Programa Auxílio Permanência (PAP), vinculado à política de assistência estudantil do Instituto Federal de Brasília (IFB) para alunos em vulnerabilidade social, foi o objeto de investigação de Parente (2013). A pesquisa caracteriza-se como quantitativa, com apoio em dados qualitativos, tendo como análise o estudo de caso.

A pesquisa desenvolvida pela autora teve a investigação de campo realizada no IFB – *Campus* Brasília, abrangendo o universo dos 44 alunos atendidos pelo referido programa durante o período de um ano e meio, ou seja, três semestres: 2011/2; 2012/1 e 2012/2. A coleta de dados foi realizada através da aplicação de questionários, realização de entrevistas, diário de campo, e análise de documentos institucionais, como: diários de aulas dos professores, resoluções, legislações e históricos institucionais. A autora apresentou um resgate histórico das políticas de assistência estudantil no Brasil até os tempos atuais, enfatizando a criação do Programa Nacional de Assistência Estudantil, que orientou na elaboração da política de assistência estudantil do IFB.

Os resultados do trabalho permitiram que Parente (2013) identificasse o perfil socioeconômico dos alunos atendidos pelo PAP e a percepção dos sujeitos participantes do programa em questão, concluindo-se que o recebimento do auxílio permanência proporcionou aos estudantes, um rendimento acadêmico de 76,95, o que é acima da média exigida (60,00) e, quanto à frequência, provou-se um percentual de faltas de 10,46%, isto é, abaixo da média permitida pelo programa.

Focando na avaliação das ações de assistência estudantil, Ramalho (2013) traz suas contribuições sobre a política de assistência estudantil do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG).

A metodologia utilizada no desenvolvimento da pesquisa foi análise documental, na qual a autora buscou averiguar estatisticamente indicadores educacionais (Aprovação, Reprovação e Abandono) e o recebimento de bolsas estudantil.

Os resultados apontaram que a bolsa está associada ao menor abandono institucional. Ramalho (2013) propõe a construção de um sistema de monitoramento e avaliação de ações de assistência estudantil no CEFET-MG, por meio da elaboração de *software*, para qualificar permanentemente a execução da política existente.

Outro estudo pertinente sobre a assistência estudantil foi apresentado por Assis (2013), que investigou os desafios e possibilidades da política de assistência estudantil da Universidade Federal de Juiz De Fora (UFJF). O estudo desenvolvido pela autora teve como objetivo principal investigar as ações desenvolvidas pela política de assistência estudantil da UFJF, concebida com o propósito de minimizar a desigualdade social e educacional.

O referido autor utilizou uma abordagem qualitativa, a qual foi organizada sob a forma de estudo de caso. Assim, foram realizadas entrevistas com seis atores que trabalham em diferentes setores da UFJF, com a finalidade de conhecer as ações desenvolvidas pela Pró-Reitoria de assuntos estudantis (PROAE, gestora da política de assistência) em parceria com outros setores da instituição.

Os resultados da pesquisa indicaram que há necessidade de avaliar a política de assistência estudantil da UFJF, com o intuito de conhecer o perfil dos alunos atendidos, identificar necessidades do público alvo, subsidiar a implantação de novas ações e verificar a eficácia das que já estão em curso.

O trabalho de Melo (2013) teve como foco o estudo da assistência estudantil da Universidade Federal de Sergipe (UFS) a partir da implantação do PNAES. A pesquisa constitui-se em um estudo bibliográfico e documental, com ênfase na dimensão qualitativa, de caráter exploratório e descritivo e sendo norteado pela perspectiva do materialismo histórico e dialético. A autora buscou verificar se houve mudanças na assistência estudantil da Pró-reitoria de Assuntos Comunitários e estudantis (PROEST), na Universidade Federal de Sergipe (UFS), após a implantação do PNAES. O estudo permitiu analisar desde documentos institucionais como Relatório de Gestão, Relatório de Prestação de Conta, entre outros, como fonte de dados para a investigação.

A autora ainda reflete que “os obstáculos na efetivação de uma política de assistência estudantil estão diretamente vinculados às prioridades definidas no bojo das políticas neoliberais, nas quais a hegemonia é dos mercados, associando também a assistência estudantil à lógica de serviços e não de direito”, ou seja, a política de assistência estudantil segundo Melo (2013), tem como pano de fundo os interesses econômicos ditados pelo Banco Mundial. Em vista disso, a autora faz uma crítica sobre as dificuldades encontradas quanto à política de assistência estudantil enquanto política pública, enfatizando que no caso específico da política executada pela PROEST/EFS não houve mudanças significativas.

O estudo desenvolvido por Marques (2014) consistiu na análise a partir dos/das assistentes sociais da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), com o objetivo de avaliar a assistência estudantil em torno da efetivação do PNAES nas universidades federais do estado da Paraíba.

O autor se utilizou de uma pesquisa social aplicada, de caráter avaliativo-crítico, junto a 11 assistentes sociais de diferentes *campis* das Universidades Federais da Paraíba: Patos [01], Cajazeiras [01], Cuité [01], Sumé [01], Campina Grande [02], Sousa [01]; e nos *campi* da UFPB: João Pessoa [03] e Areias [01]. Os *campis* de Bananeiras e do Litoral Norte (Rio Tinto e Mamanguape) da UFPB não possuem assistentes sócias. Quanto ao termo técnico, Marques (2014) construiu a pesquisa embasando-a na nova Resolução nº466/12 do Conselho Nacional de Saúde, obtendo aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da UFPB.

Os resultados da pesquisa de Marques (2014) mostraram que as 10 áreas temáticas propostas para a gestão e implementação do PNAES nas duas Universidades analisadas não são executadas. Destacaram-se somente as ações voltadas para Alimentação e Moradia, e raramente as ações de Esporte e Saúde. Caracterizando o Reuni e ENEM/SISU como facilitadores para o ingresso de estudantes carentes nas universidades federais da Paraíba.

Houve grande relevância para a discussão da temática em questão o estudo realizado por Santiago (2014), que investigou sobre a Política de Assistência Estudantil no Governo Lula: 2003 a 2010. Tendo como objetivo principal justamente analisar tal política de assistência estudantil para o atendimento dos estudantes de graduação das Universidades Federais, especialmente da Universidade Federal do Pará (UFPA).

A metodologia adotada pelo autor foi bibliográfica e documental, sob o aporte teórico do materialismo histórico. Santiago (2014) analisou leis, decretos, dados estáticos e orçamentários, relativos à expansão do Ensino Superior, particularmente no que se refere à realidade da UFPA. Utilizou-se das categorias de: *contradição*, *mediação* e *permanência*. O estudo concluiu que a assistência estudantil instaurada e institucionalizada no Governo Lula

2003-2010, por meio do PNAES, apresenta uma concepção limitada, fragmentada e focalizada nos seguimentos sociais mais empobrecidos da população. Repercutindo negativamente na permanência dos estudantes na UFPA e conseqüentemente no insucesso referente à conclusão dos cursos.

Outra autora que seguiu a linha de investigação da assistência estudantil foi Graeff (2014), que investigou a política de assistência estudantil na universidade federal: da escola pública para o Ensino Superior, onde foi estudada a constituição da política de assistência estudantil da UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

A autora discorre sobre o direito à educação, o significado da política de assistência estudantil, sua materialidade, a permanência na universidade e as cotas, através de análises de dados obtidos e análises de conteúdo. Tratando-se de uma pesquisa qualitativa, com dados quantitativos, com fundamento dialético-crítico e materialismo histórico.

Segundo a autora, os resultados do estudo demonstram uma instabilidade quanto à política de assistência estudantil, pois ora garante a permanência do aluno, ora o exclui dos benefícios oferecidos pelo programa.

Nascimento (2014) realizou uma pesquisa acerca da assistência estudantil, tendo como objeto a análise da implantação de suas ações no contexto da educação profissional, científica e tecnológica do Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia de Sergipe (IFS).

A pesquisa foi desenvolvida em três *campis* do IFS: Aracaju, Lagarto e São Cristóvão, no período de 2008 a 2012. A autora utilizou para a coleta de dados um roteiro de indicadores, o que subsidiou a análise dos documentos.

A referida autora realizou o levantamento das ações de assistência estudantil no IFS, e analisou os aspectos orçamentários da assistência estudantil na instituição. Caracterizando a pesquisa como qualitativa, associada a algumas dimensões quantitativas da pesquisa.

Através da pesquisa a autora conclui que há uma incompatibilidade entre o acesso às ações de permanências e o aumento do número de estudantes nos cursos ofertados nos IFS. Para a autora, as ações de assistência Estudantil não conseguem atender as demandas cotidianas dos estudantes. Constatou ainda que, apesar do crescimento da dotação orçamentária, as demandas por assistência estudantil também não param de crescer, o que para a autora reflete um processo de precarização e de desfinanciamento da assistência estudantil no âmbito do IFS.

Destacamos a importante contribuição na investigação acerca da assistência estudantil que foi produzida por Silva (2015). A autora investigou sobre o serviço social e educação em perspectiva: uma análise da implementação do programa de assistência estudantil no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo. A investigação ocorreu através da atuação dos assistentes sociais que operam diretamente no programa de assistência estudantil; observando a relação entre a assistência estudantil e a evasão escolar e, por fim, de que forma a assistência estudantil se concretiza na realidade do estudante.

A referida autora optou por uma pesquisa bibliográfica, documental e empírica, ouvindo profissionais de Serviço Social que atuam na Instituição e estudantes matriculados e egressos do instituto. A pesquisa foi realizada através de entrevistas e grupo focal, trazendo assim a voz dos profissionais assistentes sociais e dos estudantes acerca da assistência estudantil, com contribuições importantes sobre a construção dessa política que trouxe avanços no sentido da permanência dos estudantes na educação profissional e tecnológica.

Através do estudo, a autora pode concluir que a assistência estudantil é uma forma de viabilizar a permanência do estudante na instituição, assim objetivando garantir a igualdade de oportunidade, através do princípio da equidade, e que possibilita a atuação em outras dimensões da vida humana. Entretanto ainda existem alguns fatores a se avançar dentro da assistência estudantil, como seu caráter seletivo e reconhecimento como direito. Podendo assim concluir que a assistência estudantil possui uma dimensão contraditória, pois a implementação desta política deve estar traçada na formação de estudantes críticos e comprometidos com a luta social.

No estudo de Teles (2015), o objetivo foi analisar a implementação da política de Assistência Estudantil, a fim de identificar a efetivação ou não de direitos aos beneficiários, tendo como objetivos específicos caracterizar a política de assistência estudantil na Universidade Federal do Amazonas, o que permitiu à autora verificar a efetivação dos direitos dos estudantes, através de programas, projetos e ações de Política de Assistência Estudantil.

Teles (2015) utilizou uma abordagem quantitativa, onde foram realizadas entrevistas com 16 atores da política de assistência estudantil, sendo 1 pró-reitor, 2 diretores, 3 técnicos e 10 alunos. Os resultados mostraram que a assistência estudantil da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) vem acompanhando a realidade das Políticas Públicas adotadas ao longo do tempo no Brasil, no que se refere à focalização de suas ações a grupos específicos.

Quanto à visão dos gestores e Técnicos em Assuntos Educacionais, foi apontada a importância do desenvolvimento de ações de assistência estudantil na perspectiva de direito (âmbito jurídico) fazendo com que garanta a permanência do aluno na instituição. No que se refere à visão do aluno, a pesquisa concluiu que sem os benefícios recebidos a permanência no curso seria inviável, pois não representam somente uma ajuda financeira para alimentação e compra de matérias didáticos, como também para sobrevivência pessoal do aluno.

O Instituto Federal de Santa Catarina foi lócus da pesquisa de Spricigo (2016). O autor analisou o Programa de Atendimento ao Estudante em Vulnerabilidade Social (PAEVS) desenvolvido na IFES, cotejando seus pressupostos com o contexto societário atual. Spricigo realizou análises documentais e um balanço das produções acadêmicas relacionadas à assistência estudantil no período de 2003-2015.

Para o autor, a assistência estudantil vem sendo executada com fortes reverberações do ideário neoliberal, caracterizando a mercantilização da política de educação brasileira e a grande inclinação em rezar a cartilha dos organismos internacionais, especialmente o Banco Mundial.

Apoiada no entendimento de que a educação superior é um importante espaço de efetivação da política educacional, na medida em que se implementam políticas sociais de acesso e de permanência como forma de garantir a igualdade de oportunidades como princípio de justiça social, Souza (2016) caracterizou a política de assistência estudantil da Universidade Federal do Paraná (UFPR).

No decorrer do trabalho, a autora defendeu a ideia da democratização da educação superior com base nos estudos de Trow (2005) sobre as fases que tratam da mudança de etapa no interior do Sistema de Educação, que são O sistema de elite, o sistema de massa e o sistema de acesso universal.

A pesquisa concluiu que a política de assistência estudantil da UFPR no período de 2010 a 2014 possibilita a oferta de melhores condições para que o aluno com fragilidade socioeconômica permaneça na instituição. No entanto, levando em consideração que a evasão na educação superior é uma problemática que possui várias facetas e determinantes, a

efetivação da política de permanência necessita estar articulada a outras ações para potencializar a permanência do aluno.

Em geral, os estudos consideraram os avanços para o Ensino Superior trazidos com a implantação do PNAES, mas apontam algumas lacunas apresentadas no decreto 7.234/2010 e problemas na implementação da política nas IFES onde a mesma foi investigada.

As principais críticas apresentadas foram relacionadas à concentração de ações de assistência estudantil nas modalidades de alimentação, transporte e moradia, deixando de fora as outras modalidades previstas no decreto supracitado.

Outro aspecto apontado foi a falta de monitoramento e avaliação, pois o decreto 7.234/2010 deixou a critério das IFES estabelecerem os mecanismos internos de avaliação, e, na prática, essas ações de acompanhamento do PNAES não foram apontadas nos estudos, o que leva a crer que a maiorias das IFES ainda não estabeleceram tais critérios.

Os estudos apontam que existe uma diversidade das concepções sobre a assistência estudantil. Tal diversidade se traduz também na operacionalização da política, no que se refere à execução, critérios adotados, seleção e etc.

Apesar da grande produção teórica sobre a assistência estudantil, a temática ainda está longe de se esgotar, pois são muitos os desafios a serem superados, tanto no campo conceitual e teórico, quanto na questão operacional da política. As leituras foram fundamentais no direcionamento do desenvolvimento da pesquisa em tela.

4.3 Financiamento do Programa Nacional de Assistência Estudantil

A Portaria Normativa nº 39, de 12 de dezembro de 2007, que instituiu o PNAES, previu o repasse de recursos financeiros às instituições de educação superior por meio de dotação orçamentária anualmente consignada ao MEC. Os repasses financeiros para as IFES implementarem o PNAES iniciaram a partir de 2008. No que se refere à distribuição desses recursos, é possível observar, no gráfico 1, que partir de 2008 o volume de recursos aumentou gradativamente.

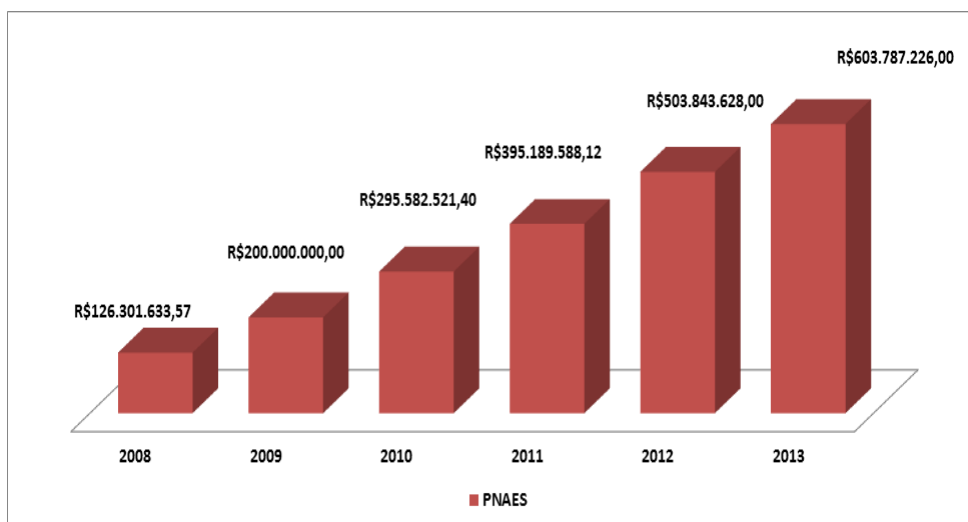


Gráfico 1 - Volume de recurso repassado para o PNAES no período de 2008 a 2013.

Fonte: MEC. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/32725>

Segundo o MEC, o governo investiu mais de R\$ 1 bilhão em assistência estudantil a alunos das IFES nos anos de 2008 a 2013. Entre 2008, ano da criação do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), e 2012, o volume destinado ao programa quadruplicou, passando de R\$ 126,3 milhões para R\$ 503,8 milhões.

No que concerne bolsas de assistência estudantil, o número de estudantes atendidos pelo PNAES cresceu de 13.306, em 2008, para 66.139, em 2011. Em termos de investimento, o volume passou de R\$ 19,8 milhões para R\$ 181,7 milhões. Antes da implantação do PNAES, os recursos para ações de assistência estudantil eram repassados por meio do Programa Brasil Universitário, especificamente para os estudantes do ensino de graduação (CISLAGHI & SILVA, 2012). Os recursos repassados às instituições por meio do Brasil Universitário, no período de 2012 a 2006, ficaram em torno de vinte e cinco e cinquenta mil reais. Pinto (2015).

O número de benefícios concedidos no PNAES saltou de duzentos mil para mais de um milhão entre 2008 e 2011, segundo Pinto (2015). Apesar do crescimento da dotação orçamentária, as demandas para a assistência estudantil não param de crescer e as IFES continuam não conseguindo atender as demandas cotidianas dos estudantes (NASCIMENTO, 2014).

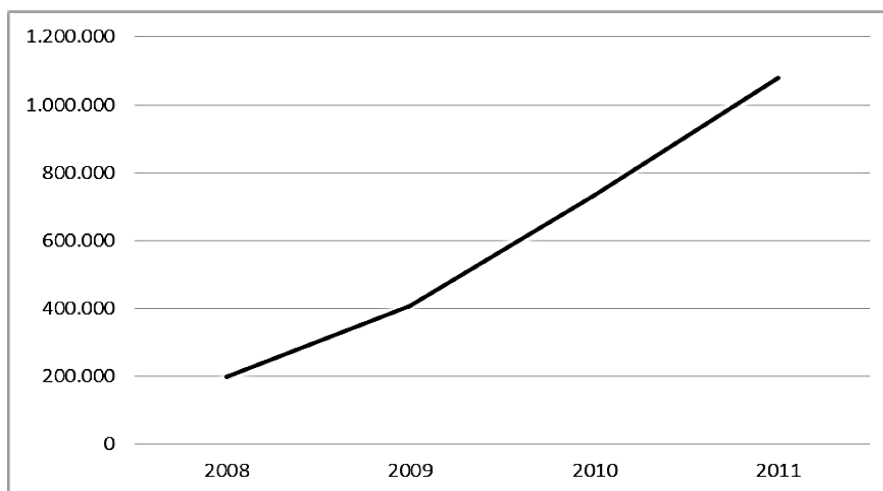


Gráfico 2 - Volume de Benefícios Concedidos pelas IFES (2008-2011)

Fonte: Pinto (2015)

Segundo dados do MEC, em 2016 foram 788 milhões destinados à assistência estudantil; no entanto, o que vem ocorrendo no país é o verdadeiro desmonte da política de educação nos seus diversos níveis, pois o novo cenário político vem impactando desastrosamente a política educacional. A proposta de Emenda Constitucional, conhecida como PEC 241 ou PEC 55, aprovada em 2016, visa conter os gastos públicos obrigatórios durante o período de 20 anos.

A limitação de gastos impedirá o cumprimento das metas estabelecidas no Plano Nacional de Educação (PNE). Trata-se de um retrocesso ao acesso às escolas e universidades públicas, que pode favorecer a privatização das mesmas. Portanto, a assistência aos estudantes está comprometida no contexto do governo atual.

4.4 A Política de Assistência Estudantil no IFPA- *Campus* Conceição do Araguaia

O IFPA é uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e *multicampi*, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino. A instituição foi criada pelo art. 5º, inciso XX, da lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008, pela integração do Centro Federal de Educação Tecnológica do Pará (CEFET-PA) e das escolas agrotécnicas Federais de Castanhal (EAFIC) e de Marabá (EAFMB), as quais atuam na rede federal de educação profissional há mais de cem anos, com exceção da EAFMB, criada em 2008.

Atualmente, o CEFET-PA e as escolas agrotécnicas de Castanhal e Marabá constituem respectivamente o *Campus* Belém, *Campus* Castanhal e *Campus* Marabá Rural. Os Campi de Abaetetuba, Altamira, Bragança, Conceição do Araguaia, Itaituba, Industrial Marabá, Tucuruí e Santarém foram incluídos como resultado do projeto de expansão da Rede Federal de Educação. Em 2013, foram criados os *Campi* de Óbidos e Parauapebas. Compõem, ainda, a rede do IFPA os campi de Ananindeua, Cametá, Paragominas e Vigia.

O *Campus lócus* desta pesquisa está localizado na cidade de Conceição do Araguaia, que fica na região sudeste do estado do Pará. A cidade faz fronteira com o estado do Tocantins e fica às margens do rio Araguaia. Fundada em 30 de maio de 1897, pelo religioso francês Frei Gil de Vila Nova, Conceição do Araguaia tem aproximadamente 45 mil habitantes, segundo dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

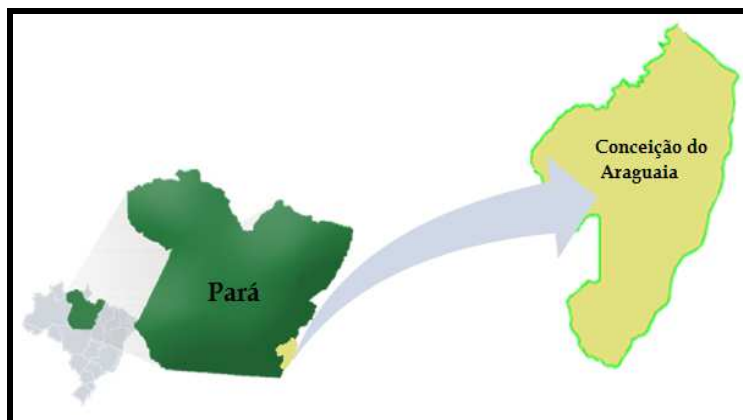


Figura 1 - Localização Geográfica de Conceição do Araguaia

O município tem sua economia ligada principalmente ao setor de serviços, em segundo lugar vem a pecuária e, por último, o setor industrial. O comércio tem pouca expressividade e a atividade agrícola é uma das alternativas de renda para a população local, destacando a pecuária e o plantio de abacaxi.

Outra característica importante do município é a agricultura familiar. Existem 36 projetos de assentamentos rurais demarcados pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), compreendendo, aproximadamente, 4.293 famílias assentadas. Há, ainda, outras 5.000 mil famílias que atuam na agricultura familiar e que estão aguardando a regularização de sua condição de assentados.

A cidade de Conceição do Araguaia recebe turistas de todo o Brasil nos meses de julho e agosto, período em que aparecem enormes bancos de areia no rio Araguaia, formando várias ilhas de água doce. A cultura e a culinária sofrem forte influência das regiões sudeste e centro-sul do país, porém, há grande expressão cultural, composta por músicos, compositores, escritores, poetas e artistas plásticos na cidade.

No que se refere a questão educacional em Conceição do Araguaia, os dados do IBGE em 2016, apontaram que maioria dos estudantes matriculados estava, no Ensino Fundamental, com 8876 estudantes matriculados; no Ensino Médio eram apenas 2662. Em 2010, havia 39 escolas de nível fundamental, 09 de nível médio e 25 escolas de nível pré-escolas e, de acordo com o MEC, há 03 escolas de nível superior credenciadas, que são: UEPA (Universidade Estadual do Pará), UNOPAR (Universidade Norte do Paraná), que oferece cursos a distância e o IFPA, onde desenvolvemos nossa pesquisa.

A oferta de cursos pelo IFPA, em Conceição do Araguaia, é recente; segundo o Projeto Político Pedagógico do *Campus*, iniciou-se com a implantação de um centro avançado em 2001, ocasião em que foi ofertado o curso de aquicultura. Em 2004, o Centro Avançado foi transformado em UNED (Unidade Descentralizada de Ensino). No ano seguinte, foram ofertadas mais duas turmas do curso de aquicultura. Em 2008, o terceiro processo seletivo ofertou os cursos de Agrimensura, Agropecuária, Edificações e Saneamento; e, como a instituição ainda não possuía uma sede própria, as aulas ocorreram nas dependências da UEPA - Universidade Estadual do Pará (Projeto Político Pedagógico, 2013).

Em 2009, por meio de uma audiência pública, definiu-se a implantação do curso técnico em Eventos e Segurança do Trabalho e dos cursos superiores de Agronomia e Gestão Ambiental. Em 2010, houve a inauguração do prédio do IFPA, a implantação programa PROCAMPO (Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo), que ofertou o curso de licenciatura plena em Educação no Campo e do programa PARFOR (Plano Nacional de Formação de Professores do Ensino Básico), que ofertou as licenciaturas em Biologia, Geografia, Pedagogia e Informática.

Atualmente, o IFPA, em Conceição do Araguaia, oferta cursos nos diversos níveis de ensino, desde curso FIC (Cursos de Formação Inicial e Continuada) até cursos de pós-graduação lato sensu.

O *Campus* conta com uma ótima infraestrutura: são 14 salas de aula climatizadas, 03 laboratórios de informática, sala de desenho técnico, auditório climatizado com capacidade para 250 pessoas sentadas, biblioteca, bloco administrativo e 11 laboratórios, dentre eles o laboratório de análise de solos, de resistência dos materiais, de fitossanidade, de segurança do trabalho e de qualidade da água. São aproximadamente cem servidores, dentre técnicos administrativos e docentes lotados no *Campus*.

A localização do prédio é privilegiada, pois o mesmo está situado em uma das principais avenidas da cidade, a Avenida Couto Magalhães, e fica às margens do rio Araguaia, como é possível observar na Figura abaixo.



Figura 2 - Imagem Aérea do Campus Conceição do Araguaia.

Fonte: Eloi Raiol. Disponível em www.eloiraiolfotografando.blogspot.com

Atualmente o *campus* oferta os cursos técnicos em Segurança do Trabalho, Marketing, Saneamento, Agropecuária, Edificações, Eventos e Agrimensura. Os cursos de nível superior ofertados são Tecnologia em Gestão Ambiental e Engenharia Agrônômica. Na modalidade de Ensino Médio Integrado, o *campus* oferta o curso Técnico Integrado em Edificações, Agropecuária e Eventos. Há, ainda, a oferta do curso FIC de Operador de Computador e do curso de especialização em Docência para Educação Profissional e Tecnológica.

Sobre a evolução do orçamento destinado à assistência estudantil no IFPA/CDA, tivemos acesso aos valores orçados desde 2011. A dotação orçamentária apresenta algumas variações, a mais significativa foi no ano de 2014, quando o valor repassado ficou bem acima da média, se comparado aos outros anos.

Até 2016, o orçamento para a assistência estudantil era determinado com base no número de estudantes matriculados no *Campus*, no entanto, o Governo Federal alterou os critérios para o repasse financeiro, e agora, mesmo com o aumento do número de estudantes, a previsão orçamentária para 2017 é menor que o recurso executado no ano passado.

Tabela 1 - Recursos da Assistência Estudantil repassados para o Campus Conceição do Araguaia

Ano	Valor (R\$)
2011	423.537,20
2012	436.450,00
2013	425.241,88
2014	743.380,42
2015	376.380,42
2016	482.416,00
Total	2.887.405,92

Fonte: Departamento Financeiro CDA/IFPA

Até a conclusão deste estudo, ainda não havia ocorrido o repasse financeiro da assistência estudantil para o *Campus* Conceição do Araguaia referente a 2017, segundo departamento financeiro.

Considerando o edital Institucional 01/2017, que rege o processo seletivo para a concessão de auxílios, a previsão dos gastos com a assistência estudantil para 2017, no *Campus*, é de R\$ 363.500,00.

5 MÉTODO

Do ponto de vista teórico-metodológico, a pesquisa desenvolveu uma abordagem de investigação qualitativa, pois seu foco esteve na investigação da realidade social, especificamente na perspectiva dos participantes, de seus significados, suas múltiplas visões subjetivas (CRESWELL, 2014).

Para o referido autor, a pesquisa qualitativa começa com pressupostos e o uso de estruturas interpretativas/teóricas que informam o estudo dos problemas da pesquisa, abordando os significados que os indivíduos ou grupos atribuem a um problema.

O foco principal da pesquisa qualitativa é investigar questões que não podem ser mensuradas, ou seja, “trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes” (MINAYO, 2013, p.21). Outra característica desta pesquisa é o seu caráter exploratório, pois pretendemos nos aproximar da realidade dos estudantes no que se refere à assistência estudantil e as “pesquisas exploratórias são desenvolvidas com o objetivo de proporcionar visão geral, de tipo aproximativo, acerca de determinado fato” (GIL, 1994, p.44).

O *Locus* da pesquisa foi o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará (IFPA) - *Campus* Conceição do Araguaia.

5.1 Participantes

Os participantes da pesquisa foram 48 estudantes das 05 turmas do curso de Engenharia Agrônômica, beneficiados com os auxílios moradia, alimentação e transporte no ano de 2016, de ambos os sexos e faixa etária entre 17 e 55 anos, oriundos de Conceição do Araguaia e de outros municípios do estado; estudantes que participaram do fórum de assistência estudantil em 2016 e aqueles que não fizeram parte do Fórum. As características levadas em consideração na seleção dos participantes visaram à obtenção de uma amostra heterogênea que representasse a realidade dos estudantes em geral.

Descartamos a amostragem de estudantes contemplados com auxílio creche, em virtude de termos apenas um estudante contemplado com esse auxílio no ano de realização da pesquisa. Os estudantes foram selecionados com base no resultado do processo seletivo aos auxílios de 2016.

A delimitação pelos estudantes do Curso de Agronomia se deu em virtude de Engenharia Agrônômica ser um curso que, atualmente, compreende o maior número de turmas no IFPA e conseqüentemente, maior número de alunos. São 95 estudantes regularmente matriculados, distribuídos em 06 turmas. É o curso com maior número de turmas e de alunos do *Campus*, sendo considerado o “carro-chefe” do mesmo, e tem grande relevância na instituição e sua região de abrangência.

Dentre todos os cursos ofertados no IFPA *Campus* Conceição do Araguaia, Engenharia Agrônômica apresenta um conjunto de especificidades que fazem com que os estudantes se encaixem no perfil da assistência estudantil em, praticamente, todas as modalidades de auxílio ofertadas; como, por exemplo, o fato de o curso ser ofertado na modalidade integral, com disciplinas ministradas no turno matutino e vespertino, fator que demanda auxílio alimentação aos estudantes, já que o *campus* ainda não dispõe de refeitório.

O processo de seleção dos estudantes, para o ingresso na instituição, ocorre por meio do Sistema de Seleção Unificada (SISU), para o qual o estudante faz sua inscrição pela internet e é selecionado com base em sua nota do ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio). Esse modelo de seleção facilita o ingresso de estudantes oriundos de diversos municípios do Pará e, até mesmo, de outros estados e regiões do país, gerando a demanda por auxílio moradia, já que o *Campus* não dispõe de residência estudantil.

A necessidade de auxílio transporte aos estudantes de Agronomia se justifica por não haver na cidade meio de transporte coletivo e, ainda, por utilizarem, para a realização das aulas de campo e experimentos agrícolas, o Centro Experimental Agroecológico do Araguaia (CEAGRO), que fica a 15 km do *Campus*, onerando os gastos dos estudantes com transporte.

Além das peculiaridades apresentadas, o curso de Agronomia contempla o maior número de estudantes beneficiados pela assistência estudantil no *Campus*, em 2015, representaram 33% dos contemplados. Em 2016, foram 125 estudantes de Agronomia beneficiados com os auxílios, isso representou 65% do total de estudantes contemplados.

5.2 Instrumentos de coleta de dados

Como instrumentos de coleta de dados referente à percepção dos estudantes sobre a política de assistência estudantil, optamos pelo uso de questionário (cujo modelo se encontra no APÊNDICE 1). O instrumento foi escolhido por se tratar de uma técnica que apresenta baixo custo e é de fácil aplicabilidade. Segundo Gil (1994), o questionário é uma técnica de investigação composta por questões que são apresentadas por escrito às pessoas e que tem por objetivo conhecer a opinião, crenças, interesses, expectativas, dentre outros.

O questionário aplicado contém perguntas abertas e fechadas, com questões distribuídas em 5 blocos de perguntas. Cada bloco de perguntas visou atender um objetivo específico da pesquisa. Antes da aplicação do questionário, foi realizado o pré-teste do questionário a fim de verificar se o mesmo estava adequado e condizente com os objetivos que se pretendia alcançar com a pesquisa.

Para verificar o perfil socioeconômico dos estudantes foi feita uma análise documental, pois a instituição já dispunha das informações socioeconômicas desses estudantes, que foram obtidas no processo de seleção aos auxílios, ocasião em que é solicitado ao estudante as informações socioeconômicas e uma série de documentos e declarações que comprovem as informações prestadas. Outras informações adicionais foram colhidas nos departamentos de assessoria pedagógica e psicossocial do Campus.

5.3 Procedimentos

Foram adotados dois procedimentos para a coleta dos dados. Para a análise da percepção dos discentes quanto ao PNAES, observamos que no ano de 2016 tínhamos o universo de 95 estudantes de agronomia contemplados com os auxílios da assistência estudantil; neste sentido, investigamos 48 estudantes regularmente matriculados no curso de Agronomia e que foram beneficiados com os auxílios da assistência estudantil. Os participantes representaram uma amostra de aproximadamente 50% do universo de discentes de agronomia daquele ano.

A escolha dos estudantes foi aleatória. Para a aplicação do questionário, os estudantes foram convidados a se reunirem em uma sala de aula, e, antes da entrega do instrumento, receberam todos os esclarecimentos sobre o preenchimento do mesmo e da pesquisa. Nessa ocasião, foi esclarecido que seria respeitado o direito do estudante a não querer participar da pesquisa, que a participação tinha caráter voluntário e que não seria obrigatória a identificação do estudante.

A amostragem utilizada foi não probabilística, ou seja, não apresenta fundamentação matemática ou estatística, optamos por uma amostra estratificada, visando contemplar a amplitude das características dos estudantes, tais como: sexo, idade, origem escolar e renda familiar.

Para obter o perfil socioeconômico dos estudantes, foram analisadas as documentações apresentadas pelos estudantes no processo seletivo para a concessão dos auxílios e solicitado à assessoria pedagógica e psicossocial do campus os dados socioeconômicos colhidos pelo setor.

As questões éticas foram adotadas em todas as fases da pesquisa. Antes de conduzir a investigação, submetemos este projeto ao Comitê de Ética da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Solicitamos à Direção Geral do Campus Conceição do Araguaia a autorização para desenvolver a pesquisa na instituição, conforme Termo de Anuência constante no APÊNDICE 1, e aos estudantes foi apresentado o TCLE (Termo de Consentimento Livre e Esclarecido), cujo modelo se encontra no APÊNDICE 2.

Apresentamos aos participantes da pesquisa o propósito central do estudo e os procedimentos utilizados na coleta de dados, esclarecemos aos mesmos sobre o direito de se recusarem a continuar participando em qualquer fase da pesquisa, sem qualquer prejuízo, e, também, os benefícios esperados. Em todos os procedimentos utilizados foram obedecidos os critérios da ética na pesquisa com Seres Humanos, conforme Resolução Nº 510, de 07 de abril de 2016, do Conselho Nacional de Saúde – Brasília-DF.

5.4 Análise dos dados

Os dados coletados foram analisados de forma a não perder de vista os objetivos da pesquisa, assim, em conformidade com o objeto definido, foram elaboradas tabelas com valores absolutos e percentuais das respostas dos estudantes. Como a pesquisa contemplou dois procedimentos de coleta dos dados, a apresentação dos dados foi dividida em dois tópicos.

A opção por análise dos dados através de tabelas ocorreu em função de ser um método estatístico sistemático. A construção das tabelas teve como referência as orientações de Lakatos. Para a autora, as tabelas facilitam ao leitor a compreensão e interpretação rápida da massa de dados, já que, com uma rápida visualizada, é possível apreender importantes detalhes e relações, facilitando a apreensão, pois quanto mais simples for a tabela ou quadro, concentrando-se sobre limitado número de ideias, mais clara e mais objetiva ela se torna. Quando se têm muitos dados, é preferível utilizar um número maior de tabelas para não reduzir o seu valor interpretativo. O que caracteriza a boa tabela é a capacidade de apresentar ideias e relações, independentemente do texto de informações (LAKATOS, 2003, p. 167).

Ressaltamos que, em função das questões abertas dos questionários apenas complementarem as questões fechadas e tendo em vista que muitos dos participantes não comentaram suas respostas, tornando-se insuficientes os poucos comentários para a análise

das questões, desconsideramos as respostas abertas, focando as análises apenas nas questões objetivas.

6 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste capítulo, apresentaremos a análise do perfil socioeconômico dos estudantes do curso de Agronomia beneficiados com os auxílios do programa de assistência estudantil no ano de 2016 e a análise da percepção dos estudantes de agronomia contemplados com os auxílios. A análise foi realizada a partir da aplicação de questionário aos 48 estudantes no período de 23 a 26 de agosto de 2016.

Para nortear a compreensão acerca dos dados a serem apresentados, destacamos algumas considerações preliminares sobre a implementação da política de assistência estudantil no *Campus* Conceição do Araguaia.

As primeiras ações de assistência estudantil desenvolvidas no *Campus* em tela ocorreram no início de 2012, através da publicação do edital 01/2012, primeiro edital de seleção de discentes ao PAE - Programa de Assistência Estudantil. O edital ofertava auxílio estudantil nas modalidades de alimentação, creche, moradia e bolsa permanência.

As ações de assistência estudantil vêm se consolidando a cada ano no IFPA e um aspecto que chama a atenção é a existência de um Fórum Interno ao Educando que prevê a participação ativa na gestão do PAE.

A atuação dos estudantes deve influir na tomada das decisões que vão desde o planejamento anual das ações, incluindo o planejamento do recurso financeiro destinado a PAE, até as sugestões na elaboração dos editais e monitoramento da seleção e concessão dos auxílios. O fórum foi previsto na Resolução 134/2012 e ratificado na Resolução 147/2016, ambas do Conselho Superior do IFPA (CONSUP). O principal objetivo desse Fórum é de reforçar que as ações sejam implementadas de forma democrática, transparente e participativa, envolvendo toda a comunidade acadêmica.

6.1 Perfil socioeconômico dos estudantes do curso de agronomia contemplados com auxílios

A análise dos documentos institucionais nos possibilitou traçar o perfil socioeconômico dos estudantes no que se refere ao sexo, cor/raça, faixa etária, renda, origem regional, dentre outros dados que apresentaremos neste item. (FONAPRACE, 2011).

No que se refere à distribuição por sexo, os dados mostraram que o percentual de estudantes do sexo masculino é praticamente igual ao percentual de estudantes do sexo feminino, a diferença foi de apenas 1% a mais para o sexo feminino. De qualquer forma, mesmo sendo uma pequena diferença, segue a tendência nacional da predominância das mulheres; a título de exemplo, as pesquisas realizadas pelo Fonaprace em 1997 e 2014 apresentaram a diferença de aproximadamente 2% a mais no número de estudantes do sexo feminino nas IFES. A tabela 2 apresenta os percentuais de alunos, de acordo com o sexo.

Tabela 2 - Distribuição dos estudantes por sexo

Sexo	Frequência Simples	Frequência Percentual
Feminino	31	51,82
Masculino	30	49,18
Total	61	100,

Em relação à idade dos estudantes, a maior concentração foi nas faixas etárias de 17 a 20 anos e 21 a 24 anos, portanto os dados demonstram que os estudantes são majoritariamente jovens. As duas faixas etárias de maiores incidências resultam em 73,77% dos estudantes.

Os números demonstram ainda que o ingresso dos estudantes no curso de agronomia do IFPA/CDA ocorre logo após conclusão do Ensino Médio, no entanto é relevante a existência de estudantes nas outras faixas etárias, principalmente porque o curso de agronomia ocorre em horário integral, o que dificulta que o estudante trabalhe concomitantemente ao curso. A tabela 3 apresenta a distribuição de estudantes por faixa etária.

Tabela 3 - Distribuição de estudantes por faixa etária

Idade	Frequência Simples	Frequência Percentual
21-24	24	39,34
17-20	21	34,43
29-32	05	8,20
25-28	04	6,56
33-36	02	3,28
41-44	02	3,28
50-55	02	3,28
37-40	01	1,64
Total	61	100,

Em relação à distribuição de estudantes por origem regional, a predominância é de estudantes do estado do Pará. Em função da localização geográfica do município de Conceição do Araguaia, que fica na divisa com o estado do Tocantins, temos 8,20% dos estudantes oriundos de municípios que compõem o estado vizinho.

O primeiro ingresso dos estudantes ocorreu por meio de processo seletivo institucional, o tradicional vestibular, no entanto, a partir da segunda turma, a seleção dos estudantes passou a ocorrer por meio do Sistema Único de Seleção. Mesmo com as facilidades do processo unificado, constatou-se que são poucos os estudantes oriundos de outros estados. A tabela 4 apresenta a distribuição de estudantes por origem regional,

Tabela 4 - Distribuição de estudantes por origem regional

Estados de Origem	Frequência Simples	Frequência Percentual
Pará	48	78,69
Tocantins	5	8,20
DistritoFederal	2	3,28
Goiás	2	3,28
Maranhão	2	3,28
Minas Gerais	2	3,28
Total	61	100,

A tabela 5 demonstra que há predominância significativa de estudantes solteiros 83,61%. Dado compatível com os resultados das pesquisas nacionais do FONAPRACE, que em 2004 mostrou que cerca de 88,60% dos estudantes das IFES eram solteiros, e, em 2010, eram 86,64%.

Tabela 5 - Situação conjugal dos estudantes

Situação Conjugal	Frequência Simples	Frequência Percentual
Solteiros	51	83,61
Casados	7	11,48
União Estável	2	3,28
Divorciados	1	1,64
Total	61	100,

Com relação à raça, cor e/ou etnia, levamos em consideração a auto declaração do estudante e neste aspecto houve predominância de pardos com 73,77%. O número de estudantes que se declararam negros foi maior que o número de estudantes que se declararam brancos. Acreditamos que esse dado tem relação com a implantação de políticas de inclusão e das várias modalidades de ações afirmativas existentes. A tabela 6 apresenta a distribuição de estudantes por Cor/Raça/Etnia.

Tabela 6 - Distribuição de estudantes por Cor/Raça/Etnia

Cor/Raça/ Etnia/	Frequência Simples	Frequência Percentual
Pardos	45	73,77
Negros	8	13,11
Branco	7	11,48
Amarelos (indígenas)	1	1,64
Total	61	100,

Os estudantes que residem em imóvel alugado representam 32,79% do total analisado. Esse dado é importante, pois esses estudantes são o público alvo do auxílio moradia ofertado pela instituição. Geralmente, os estudantes oriundos de outros municípios ou outros estados alugam pequenos apartamentos – “quitinetes” – para morarem e utilizam o auxílio moradia para custear essa despesa, já que o *Campus* Conceição do Araguaia não possui residência universitária. A tabela 7 mostra a situação de moradia dos estudantes.

Tabela 7 - Distribuição de estudantes por situação de moradia

Situação de Moradia	Frequência Simples	Frequência Percentual
Próprio	32	52,46
Alugado	20	32,79
Cedido	5	8,20
Financiado	4	6,56
Total	61	100,

O município de Conceição do Araguaia apresenta aproximadamente 45 mil habitantes, sendo considerado um município de médio porte. Cerca de 32 mil residentes encontram-se na zona urbana. Vale ressaltar que o município ainda não dispõe de transporte coletivo urbano, sendo a motocicleta o principal meio de transporte utilizado pelos munícipes.

Esse meio de transporte representa 52% da frota total de veículos existentes no município, segundo o IBGE (2016). Portanto, o fato de 55,74% dos estudantes fazerem uso de motocicleta para se locomoverem até o *Campus* retrata uma realidade do município no que se refere aos meios de locomoção.

A tabela 8 ratifica a importância do auxílio transporte para os estudantes do curso de agrônoma do IFPA/CDA. O auxílio contribui na despesa com combustível e custeia o gasto com moto táxi para os estudantes que fazem uso de tal serviço.

Tabela 8 - Distribuição de estudantes por meio de transporte utilizado

Meio de Transporte	Frequência Simples	Frequência Percentual
Motocicleta	34	55,74
Carona	11	18,03
A pé	10	16,39
Bicicleta	4	6,56
Carro próprio	2	3,28
Total	61	100,

São oriundos de escolas públicas 78,69% (f=48) dos estudantes, 11,48% (f=7) indicaram origem de escola filantrópica e 9,84% (f=6) são provenientes de escolas privadas; no entanto, a realidade local explica esse dado, pois, em Conceição do Araguaia, há uma escola filantrópica, chamada Fundação Bradesco, que oferta o Ensino Fundamental e médio

para os estudantes de famílias de baixa renda. A tabela 9 mostra a origem escolar dos estudantes.

Tabela 9 - Distribuição de estudantes por origem escolar

Origem Escolar	Frequência Simples	Frequência Percentual
Pública	48	78,69
Filantrópica	7	11,48
Privada	6	9,84
Total	61	100,

A renda familiar mensal da maioria dos estudantes encontra-se na faixa de 01 a 02 salários mínimos, sendo que 34,43% dos estudantes que cursam agronomia têm renda de até um salário mínimo. Esse dado demonstra que grande parte dos estudantes do IFPA/CDA que cursam agronomia se enquadra no critério de renda estabelecido pelo no artigo 5º, do decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, que dispõe sobre o PNAES. O referido artigo estabelece que sejam atendidos prioritariamente estudantes oriundos de escolas públicas ou com renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio.

Tabela 10 - Distribuição de estudantes por renda familiar

Renda Familiar	Frequência Simples	Frequência Percentual
De 01 a 02 salários mínimos	39	63,93
Até um salário mínimo	21	34,43
Acima de 03 salários mínimos	01	1,64
Total	61	100,

A pesquisa em tela analisou a renda familiar mensal dos estudantes e não a renda per capita, mas, conjugando os dados da renda familiar com os dados do número de dependentes da renda familiar, é possível perceber que 72,13% dos estudantes possuem de 4 a 5 dependentes da renda familiar, portanto é possível aferir que estes estudantes se enquadram na renda per capita.

Tabela 11 - Distribuição de estudantes por dependentes da renda familiar

dependentes da renda familiar	Frequência	Frequência
	Simples	Percentual
4	24	39,34
5	20	32,79
3	08	13,11
2	06	9,84
6	02	3,28
1	01	1,64
Total	61	100,

O perfil socioeconômico dos estudantes que cursam agronomia revelou que os estudantes se enquadram nos principais critérios de inclusão no Programa Nacional de Assistência Estudantil, conforme art. 5º., do decreto nº 7.234, 2010.

Serão atendidos no âmbito do PNAES prioritariamente estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar **per capita** de até um salário mínimo e meio, sem prejuízo de demais requisitos fixados pelas instituições federais de ensino superior (art.5º. Decreto nº 7.234, 2010).

Concernente à renda, origem escolar e meio de transporte os estudantes estavam dentro das condicionalidades para a participação no PNAES; porém, salientamos que os resultados relacionados a necessidade do auxílio moradia, uma vez que os estudantes que residem em casa alugada apareceram em segundo lugar nas respostas dos estudantes, não sendo uma demanda tão expressiva, quanto se imaginava. De modo geral, é possível afirmar que os estudantes que vêm acessando a política de assistência estudantil são os jovens das camadas mais pobres da nossa sociedade.

O diagnóstico do perfil socioeconômico dos estudantes é fundamental no planejamento da política de assistência estudantil, principalmente no que se refere à definição das modalidades de auxílios. Além da relevância para a implementação da política de assistência estudantil, o perfil dos estudantes pode favorecer ações referentes à coordenação do curso de agronomia e Direção de Ensino, podendo contribuir positivamente até mesmo na relação professor e aluno.

6.2 Percepção dos Discentes

A investigação acerca da percepção dos estudantes de agronomia sobre o programa de assistência estudantil procurou verificar a compreensão dos estudantes quanto aos objetivos e finalidades do programa, quanto ao Fórum Permanente de Assistência ao

Educando, sobre os valores e modalidades dos auxílios e o que os estudantes apontam que pode melhorar na oferta desse programa.

Questionados se conheciam o Decreto nº 7234/2010, que institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil, 58,33% (f=28) dos estudantes responderam que não haviam lido o decreto, mas que já haviam ouvido falar no mesmo. Apenas 4,17% afirmaram terem lido o Decreto.

Tabela 12 - Conhecimento do Decreto nº 7234/2010

Respostas	Frequência Simples	Frequência Percentual
Não li, mas já ouvi falar	28	58,33
Nunca li e nunca ouvi falar	12	25,00
Nunca li	05	10,42
Sim, já li	02	4,17
Não respondeu	01	2,08
Total	48	100,

Nas políticas sociais a assistência exerce o papel de garantir a sobrevivência, mas quanto mal administrada, ao invés de servir a esse propósito, acaba por produzir uma situação de dependência e opressão, o que põe em risco a própria cidadania (DEMO, 2000).

Quanto ao conhecimento dos estudantes acerca da Resolução 134/2012, que estabelece as diretrizes da política de assistência estudantil no âmbito do IFPA, 58,33% não haviam lido, mas já haviam ouvido falar. Apenas 2,08 % responderam já terem lido a resolução do IFPA que trata da assistência estudantil.

Esse primeiro dado mostra que, na prática, a Política de Assistência Estudantil que vem sendo implementada não está sendo distributiva de renda e de poder, como enfatiza Demo (1994). Ela se apresenta com foco apenas no caráter distributivo, em consonância com a crítica apontada pelo autor no que se refere as políticas sociais.

Tabela 13 - Conhecimento sobre a Resolução 134/2012

Respostas	Frequência Simples	Frequência Percentual
Não li, mas já ouvi falar	23	47,92
Nunca li e nunca ouvi falar	12	25,00
Nunca li	09	18,75
Sim, já li	04	8,33
Total	48	100,

Atualmente, há uma resolução mais atualizada, a Resolução 147/2016, no entanto, na ocasião da aplicação dos questionários, a resolução vigente ainda era a 134/2012. Os dados apontam a necessidade de maior divulgação e esclarecimento sobre o PNAES para os estudantes, além de ações que visem a emancipação política e econômica desses estudantes.

Quando questionados sobre quais eram os objetivos do PNAES, os participantes apresentaram respostas relacionadas à oferta de suporte aos estudantes, respostas que

compreendem que o objetivo é a oferta de auxílio e respostas relatando que o objetivo do programa é combater a evasão escolar e possibilitar a permanência dos estudantes no curso.

Tabela 14 - Conhecimento sobre os objetivos do PNAES

Respostas	Frequência Simples	Frequência Percentual
dar suporte aos estudantes	18	37,50
relacionadas a auxílio financeiro	15	31,25
Evasão e permanência	15	31,25
Total	48	100,

As respostas de 37,50% dos estudantes foram vagas, não conseguiram discorrer de forma aprofundada sobre os objetivos do programa. Mais uma vez, evidencia-se a necessidade de ampla divulgação e maior esclarecimento, permitindo, assim, que os estudantes possam se apropriar efetivamente do programa e não como meros receptores do benefício. A esse respeito, mais uma vez recorremos à Demo, que sugere respostas desde alienação à falta de informação dos beneficiados com as políticas sociais, “passar fome é grande miséria, mas miséria ainda mais comprometedora é não saber que a fome é imposta, inventada, cultivada e que aqueles que passam fome sustentam o esbanjamento dos ricos” (DEMO, 2000, p.18).

A menor nota atribuída ao Programa foi a nota 2, apontada por apenas um estudante. A maior nota atribuída foi a nota 10, apontada por seis estudantes. A nota 07 foi a nota com maior número de respostas e 58,33% dos estudantes apontaram notas entre 7 a 10. Na concepção de Silva (2008), a avaliação de processo tem como questão central o funcionamento do programa ou projeto e baseia-se principalmente no critério da eficácia, que em como propósito avaliar em que medida os objetos propostos em relação à população alvo estão sendo alcançados. Avaliar supõe um julgamento, não significa apenas mensurar, medir ou comparar, significa analisar, julgar determinada ação com fundamento em determinado valor.

Tabela 15 - Nota atribuída ao PNAES

Notas atribuídas	Frequência Simples	Frequência Percentual
7	10	20,83
8	7	14,58
6	7	14,48
5	6	12,50
10	6	12,50
9	5	10,42
Nãorespondeu	4	8,33
3	2	4,17
2	1	2,08
Total	48	100,

Questionados sobre o que mudariam no programa de assistência estudantil, verificamos que surgiram várias respostas. As respostas foram, principalmente, relacionadas à forma de oferta dos auxílios, e 37,50% dos estudantes apontaram que mudariam a forma de seleção dos estudantes e melhorariam a fiscalização a fim de prevenir fraudes na concessão dos benefícios.

Os valores dos auxílios também apareceram como algo que deveria mudar no programa. Os estudantes consideram os valores baixos e indicaram que aumentariam os valores dos benefícios.

As modalidades dos benefícios, ampliação do período de recebimento e a pontualidade nos pagamentos também apareceram como aspectos sujeitos a mudança na percepção dos estudantes.

Tabela 16 - O que os estudantes mudariam no Programa

Respostas	Frequência Simples	Frequência Percentual
Maior fiscalização e seleção mais criteriosa	18	37,50
Maior valor dos auxílios	11	22,92
Não responderam	05	10,42
Nada	04	8,33
Exclusividade para os estudantes do curso de agronomia ou integral	03	6,25
Ampliação das modalidades	02	4,17
Ampliação do período de recebimento	02	4,17
Pontualidade no pagamento	02	4,17
Maior organização do programa	01	2,08
Total	48	100,

Estes resultados nos remetem ao exposto por Marques (2014, p.223) onde salienta que, no atual contexto pós-moderno, nos deparamos com a idolatria ou a centralidade das individualidades e das subjetividades. Essa característica dos tempos modernos provoca nas pessoas – e os estudantes não estão fora desse contexto – um processo de despolitização ou de despreocupação com as questões políticas no sentido de fiscalização dos recursos públicos, de avaliar a ampliação de vagas, de analisar a qualidade dos serviços. Convive-se com o inverso: a preocupação centrada em si mesmo ou com a vida dos outros, sobretudo, de olho na vida do colega que conseguiu determinado benefício e passa acusá-lo e ameaçá-lo de “entregá-lo” para o Serviço Social.

Tabela 17- Contribuição da assistência estudantil no desempenho acadêmico satisfatório

Respostas	Frequência Simples	Frequência Percentual
Contribuiu parcialmente	24	50,00
Contribuiu significativamente	23	47,92
Não contribuiu	1	2,08
Total	48	100,

As respostas apontam que 50% dos estudantes responderam que a assistência estudantil contribuiu parcialmente para seu desempenho acadêmico satisfatório. Mas, para 47,92% dos estudantes, os auxílios contribuíram de forma significativa.

Esses resultados demonstram que o impacto que a Política de Assistência Estudantil representa para os estudantes, no que se refere ao seu desempenho acadêmico, é modesto, e, nesse sentido, não podemos perder de vista que se trata de um dos objetivos do PNAES, pois “as ações de assistência estudantil devem considerar a necessidade de viabilizar a igualdade de oportunidades, **contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico** e agir, preventivamente, nas situações de retenção e evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras. “Grifo nosso” (art.4º do Decreto 7.234).

A importância de ações que visem a melhoria do rendimento dos estudantes em vulnerabilidade social está na assertiva de Vasconcelos (2012, p.108), que nessa perspectiva aduz “para o desempenho de seu papel social, o estudante [...] precisa, igualmente, de material didático, equipamentos de aprendizagem prática, de acesso à informação e a oportunidade de participar em eventos acadêmicos e culturais”.

No que se refere à permanência dos estudantes no curso, em função da contribuição da assistência estudantil, foi possível perceber que, para 62,50% dos estudantes, o programa contribuiu de forma significativa. As respostas dos participantes apontam a relevância que a assistência estudantil tem na permanência do estudante e está em conformidade com o perfil socioeconômico dos estudantes apresentados anteriormente.

Tabela 18 - Contribuição dos auxílios na permanência dos estudantes

Respostas	Frequência Simples	Frequência Percentual
Contribuiu significativamente	30	62,50
Contribuiu parcialmente	12	25,00
Não contribuiu	5	10,42
Não respondeu	1	2,08
Total	48	100,

Em consonância com essa questão, Zago (2006) destaca que se o ingresso no ensino superior representa para o grupo de estudantes “uma vitória”, a outra será certamente garantir sua permanência até a finalização do curso, nesse caso, as ações de assistência oferecidas pela instituição de ensino são essenciais. Originários de famílias de baixa renda, esses estudantes precisam financiar seus estudos e, em alguns casos, contam com uma pequena ajuda familiar para essa finalidade.

No tocante a influência dos auxílios da assistência estudantil no desempenho acadêmico dos estudantes, 56,25% responderam que seu desempenho se manteve o mesmo, ou seja, para esses estudantes, os auxílios não influenciaram em um melhor rendimento escolar.

Tabela 19 - Influência dos auxílios no desempenho acadêmico

Respostas	Frequência Simples	Frequência Percentual
Se manteve o mesmo	27	56,25
Melhorou	20	41,67
Não respondeu	01	2,08
Piorou	00	0,00
Total	48	100,

No que concerne à permanência no curso, 54,17% dos estudantes acreditam que não abandonaria o curso de agronomia, mesmo se não tivessem sido contemplados com a assistência estudantil, ou seja, para esses estudantes, os auxílios não são determinantes da permanência no curso.

Tabela 20 - Permanência dos estudantes no curso se não estivessem no Programa de Assistência Estudantil

Respostas	Frequência Simples	Frequência Percentual
Não	26	54,17
Sim	12	25,00
Provavelmente	08	16,67
Não responderam	02	4,17
Total	48	100,

Esse dado nos traz a reflexão, mais uma vez, de que a condição socioeconômica é importante, porém, quando se fala em permanência e em evasão escolar vários aspectos devem ser levados em consideração, já que se trata de um fenômeno multicausal.

A afirmação desses estudantes, de que não abandonariam o seu curso se não estivessem recebendo auxílio, desmistifica ou, pelo menos, ameniza o superdimensionamento atribuído à assistência estudantil como sendo fator determinante para a permanência do estudante. Não significa que não há evasão escolar no IFPA/CDA, no entanto, certamente outros fatores interferem nessa evasão, tanto quanto a questão socioeconômica dos estudantes. A Política de Assistência Estudantil precisa ser efetivada de forma articulada com as demais estratégias de ensino, pesquisa e extensão.

Os valores dos auxílios foram considerados insuficientes para 62,50% dos estudantes que participaram da pesquisa. Para 2017, as previsões dos valores foram de R\$ 250,00 para auxílio moradia; R\$ 200,00 para auxílio alimentação e R\$ 100,00 para auxílio transporte.

Tabela 21 - Suficiência dos valores dos auxílios

Respostas	Frequência Simples	Frequência Percentual
Não	30	62,50
Sim	18	37,50
Total	48	100,

Nesse aspecto, houve um número significativo de estudantes (72,92%) que consideram que os repasses dos auxílios não ocorrem dentro dos prazos estabelecidos.

Tabela 22- Pagamento efetuado dentro do prazo

Respostas	Frequência Simples	Frequência Percentual
Não	35	72,92
Sim	13	27,08
Total	48	100,

Os auxílios da assistência estudantil são repassados para os estudantes por meio de conta corrente. Aqueles que não possuem conta corrente por algum motivo recebem os auxílios através do CPF e precisam realizar o saque direto no caixa de uma agência bancária. Como a maioria dos estudantes consegue abrir a conta bancária, essa forma de pagamento não representou problema para a maioria dos participantes da pesquisa.

Tabela 23 - Adequação do meio utilizado para o pagamento

Respostas	Frequência Simples	Frequência Percentual
Não	41	85,42
Sim	04	8,33
Não responderam	03	6,25
Total	48	100,

Os estudantes foram expressivos nas respostas relacionadas aos valores, prazos e formas de pagamento, compreendemos que esses aspectos não exigem do estudante uma reflexão mais crítica.

Como as condicionalidades para a permanência dos estudantes no programa de assistência estudantil são ter no mínimo 75% de frequência ou apresentar rendimento escolar satisfatório. No que tange a essa questão, houve o mesmo quantitativo de estudantes que responderam acreditar que seriam cortados do programa se não atendessem as condicionalidades e que responderam que não seriam cortados.

Tabela 24 - Crença dos estudantes em serem cortados do Programa se não atenderem suas condicionalidades

Respostas	Frequência Simples	Frequência Percentual
Não	23	47,92
Sim	23	47,92
Talvez	01	2,08
Não responderam	01	2,08
Total	48	100,

Os participantes que responderam acreditar que seriam excluídos do programa se deixassem de cumprir com as condicionalidades, disseram que o edital de seleção dos estudantes prevê o corte do estudante se o mesmo não atender às condicionalidades de permanência, portanto acreditam que devem ocorrer tais cortes. Por outro lado, os participantes que não acreditam na possibilidade de cortes relataram que essa opinião se dá pelo fato de terem conhecimento de estudantes que continuaram sendo beneficiados pelo programa mesmo ultrapassando o percentual máximo de faltas permitidas e que ficaram retidos ou reprovados.

Tabela 25 - Se os estudantes preferem a substituição dos Auxílios por residência universitária e alimentação gratuita

Respostas	Frequência Simples	Frequência Percentual
Não	24	50,00
Sim	22	45,83
Não responderam	02	4,17
Total	48	100,

A Política de Assistência Estudantil não deve ser executada necessariamente por meio de auxílios, podendo ocorrer, também, através da oferta de residências universitárias e de alimentação gratuita para todos os estudantes através de restaurantes universitários, dentre outras possibilidades nessa perspectiva. Entretanto, tendo em vista a inexistência de refeitórios e residência universitária no *Campus* Conceição do Araguaia, para suprir essas duas demandas, são ofertados auxílios estudantis.

Nesse sentido, os estudantes foram questionados se preferiam que houvesse implantação de refeitórios e residência universitária ou se preferiam a assistência estudantil na modalidade de auxílios, e 50% dos participantes responderam que preferiam a oferta de auxílios, pois dessa forma há a flexibilidade na utilização dos recursos. Por outro lado, 45,83% responderam que a oferta de residência universitária e alimentação através de refeitório atenderia melhor os estudantes. Com relação à assistência por meio de auxílios materiais. A esse respeito, Santiago (2013) afirma que

“É preciso lutar para que se intervenha na permanência, de modo, a zelar pelo melhor desempenho acadêmico de todos os estudantes e, neste sentido,

primar por medidas como: construção de restaurantes universitários, casas, creches, dormitórios, adequação arquitetônica para os deficientes, aparelhamento que contemplem as necessidades educativas especiais, sem perder de vista que estas construções sejam diretamente proporcionais à demanda” (SANTIAGO, 2013, p.171).

Além do investimento em infraestrutura, compreendemos que as ações de assistência estudantil devem aglutinar, além da oferta dos auxílios, as ações de acompanhamento dos estudantes nas dimensões pedagógicas, psicológicas, de saúde, etc., pois a finalidade a que a política se propõe, que é a prevenção da evasão e o êxito acadêmico, são fenômenos multicausais e não podem jamais ser analisados apenas pela ótica da questão econômica

A eficiência na forma como o recurso da assistência estudantil vem sendo utilizado foi afirmada por 54,17% dos participantes. Outros 37,50% acreditam que não está sendo eficiente a forma como vem sendo empregado o recurso. Destacamos que quatro estudantes não opinaram a esse respeito.

Tabela 26 - Se os estudantes consideram eficiente como o recurso é utilizado

Respostas	Frequência Simples	Frequência Percentual
Sim	26	54,17
Não	18	37,50
Não responderam	04	8,33
Total	48	100,

Significativos 85,42% dos participantes da pesquisa responderam não conhecerem o Fórum Permanente de Assistência ao Educando. Esse Fórum representa um espaço de debates e contribuições acerca da Política de Assistência Estudantil no âmbito do IFPA, que foi previsto na resolução 147/2016 do CONSUP. O Fórum deve ser constituído por representantes dos estudantes e pela equipe gestora da política no Campus.

Art.18. Em cada campus deverá ser constituído o Fórum Interno de assistência estudantil, como instância que irá acompanhar e propor diretrizes para a efetividade dos Programas de Assistência Estudantil (CONSUP, 2016, p.3).

O Fórum Interno de Assistência Estudantil deveria ser o espaço de debates e discussões acerca do PNAES, no entanto, a falta de conhecimento dos estudantes acerca da assistência estudantil sugere que esse debate não vem sendo fomentado na Instituição, mais uma vez, ressalta-se a importância de se buscar a autonomia dos estudantes, tal autonomia se dá fundamentalmente por meio do processo de emancipação, Nesse sentido, Demo (1994, p.) enfatiza que “não é o ideal social ser assistido, a menos que seja inevitável. Uma sociedade se faz de sujeitos capazes, não de objetos de cuidado”.

Tabela 27 - Conhecimento dos estudantes sobre o Fórum Permanente de Assistência ao Educando

Respostas	Frequência Simples	Frequência Percentual
Não	41	85,42
Sim	07	14,58
Total	48	100,

O Fórum Permanente de Assistência ao Educando pode viabilizar uma avaliação participativa do Programa de Assistência Estudantil, fomentando debates e reflexões referentes às ações e tomadas de decisões que implicam na vida dos estudantes. Entretanto, 93,75% dos participantes desconhecem como ocorrem as estas reuniões, como apresenta a tabela 28. Nesse sentido, como aponta Melo Rico, a avaliação participativa é procedimento rico dado que sua realização é partilhada com os agentes e beneficiários envolvidos (no programa ou instituição) permitindo para além da avaliação uma apropriação reflexiva e socializada entre os diversos sujeitos da ação em movimento (MELO RICO,1999, p.89).

Tabela 28 - Conhecimento dos estudantes sobre como ocorrem as reuniões do Fórum Permanente de Assistência ao Educando

Respostas	Frequência Simples	Frequência Percentual
Não	45	93,75
Sim	03	6,25
Total	48	100,

A tabela 28 apresentou os resultados encontrados sobre o conhecimento dos estudantes sobre como ocorrem as reuniões do Fórum Permanente de Assistência ao Educando, e 93,75% responderam não terem conhecimento de como estas reuniões ocorrem; entretanto, a resolução 147/2016 do CONSUP prevê, em seu artigo 20, como deve ocorrer a composição do Fórum.

Deverá compor o Fórum:

- a) um representante do grêmio estudantil, se houver;
- b) um representante de cada turma;
- c) um representante do centro acadêmico ou do diretório acadêmico, se houver;
- d) A equipe técnica da assistência estudantil do campus. (CONSUP, 2016, p.4)

No *Campus* Conceição do Araguaia, além da equipe que compõe a Comissão de Assistência Estudantil, o Fórum conta a participação de um representante de cada turma dos cursos de nível médio, de nível técnico subsequente e de nível superior, pois não há grêmios ou centros acadêmicos. Geralmente, os representantes de turma são indicados por seus pares

para participarem das reuniões do Fórum; no entanto, não necessariamente deve ser o representante de turma.

O estudante participante do Fórum tem a missão de levar para a turma as discussões realizadas nas reuniões do Fórum e, muitas vezes, deliberar com a turma e depois apresentar a opinião da mesma na reunião do Fórum. Quando não é uma reunião deliberativa, os estudantes repassam as informações da reunião com seus pares. Os encontros do Fórum devem ocorrer no decorrer do ano letivo a fim de que os estudantes acompanhem as várias etapas de implementação da política.

Tabela 29 - Conhecimento dos estudantes sobre os critérios de escolha dos membros do Fórum Permanente de Assistência ao Educando

Respostas	Frequência Simples	Frequência Percentual
Não	43	89,58
Sim	05	10,42
Total	48	100,

Os resultados da tabela 29 evidenciam que 82,98% dos estudantes participantes responderam que consideram importante a existência do Fórum, mesmo não tendo clareza da sua finalidade e funcionamento.

Tabela 30 - Se os estudantes consideram importante a existência do Fórum Permanente de Assistência Estudantil

Respostas	Frequência Simples	Frequência Percentual
Consideram importante	39	82,98
Não consideram importante	06	12,77
Desconhecem o Fórum	3	6,38
Total	47	100,

O Fórum de Assistência ao Educando deve ser um espaço permanente de debates e reflexões sobre as ações de assistência estudantil, por ser o mecanismo que possibilita a participação ativa na implementação da Política de Assistência Estudantil; no entanto, as respostas dos participantes demonstram que isso não vem ocorrendo. Com relação à avaliação participativa de Instituições e programas sociais, Melo Rico enfatiza que:

envolver estes sujeitos no processo avaliativo tem sido considerado de extrema importância para apreender os múltiplos fatores, processos e resultados da ação pública. É o coletivo de sujeitos implicados na ação que pode aportar a diversidade de valores, opiniões e “verdades” sobre o programa em avaliação. Nesta direção a avaliação se compromete em dar vez e voz ao pluralismo social que estes interlocutores expressam (MELO RICO, 1999, p.90).

Em função do desconhecimento da finalidade do Fórum e os critérios de participação no mesmo, 79,17% informaram que não se sentem representados no mesmo, e apenas 12,50% afirmaram que se sentem representados.

Tabela 30 - Se os estudantes se sentem representados no Fórum Permanente de Assistência Estudantil

Respostas	Frequência Simples	Frequência Percentual
Não	38	79,17
Sim	06	12,50
Não responderam	04	8,22
Total	48	100,

A participação dos estudantes deve ser efetiva e não simbólica como vem ocorrendo. Isso requer, primordialmente, que esses estudantes conheçam as diretrizes, objetivos e as possibilidades de operacionalização do PNAES, pois não é possível refletir ou propor sobre o que não se conhece.

Os grêmios e centros acadêmicos têm um papel importante dentro das instituições de ensino, é preciso fortalecer os movimentos estudantis para que os estudantes tenham voz de fato dentro da instituição. A instituição necessita esclarecer aos estudantes e divulgar de forma eficaz a política de assistência estudantil.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A investigação da percepção dos estudantes quanto ao Programa Nacional de Assistência Estudantil, executado no IFPA - *Campus* Conceição do Araguaia, apontou várias reflexões e fragilidades; porém ressaltamos que se trata de uma compreensão unilateral, haja vista que não nos propomos neste momento a analisar a percepção dos demais atores envolvidos na execução da política como gestores, professores, pedagogos etc.

Outro ponto importante de se ressaltar é de que também não nos propomos nesta pesquisa a analisar os índices de rendimento escolar e evasão do *campus* em questão. Não se trata de menosprezar essas outras possibilidades de análises, pelo contrário, acreditamos que é de grande relevância o desenvolvimento de outras formas de avaliação da política, tais como as formas de monitoramento e os impactos de suas ações para uma compreensão mais global acerca do PNAES.

A pesquisa em tela confirmou, por meio do perfil socioeconômico dos estudantes, que os beneficiários do programa contemplam os critérios estabelecidos no art. 5º do Decreto 7.234/2010, onde estabelece que “serão atendidos no âmbito do PNAES prioritariamente estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio, sem prejuízo de demais requisitos fixados pelas instituições federais de Ensino Superior”.

Verificamos que 79% dos estudantes são oriundos de escolas públicas. Ressaltamos que outros 11% são oriundos de instituições filantrópicas, cujo público alvo é a população mais desprovida de recursos materiais. Esses dados estão em concordância com os 98% que informaram possuir renda familiar de até 02 salários mínimos.

Vale salientar que, com a análise do perfil socioeconômico, foi possível constatar outros aspectos importantes, como, por exemplo, que os discentes são, em sua maioria, jovens pardos e solteiros. São 73,7% dos estudantes na faixa etária de 17 a 24 anos. 74% autodeclarados pardos e 84% são solteiros. Os dados são bastante significativos, já que demonstram que uma parcela historicamente excluída socialmente está tendo acesso ao Ensino Superior através das políticas de inclusão e ações afirmativas. Contudo, é necessária uma análise cautelosa com relação à efetividade das ações governamentais que visam garantir o êxito e a permanência desses estudantes.

Na perspectiva dos estudantes, os auxílios estudantis contribuíram significativamente (50%) ou parcialmente (48%) na melhora do rendimento escolar e na permanência na vida acadêmica; porém, o que chamou a atenção quanto à permanência foi que 54% dos estudantes permaneceriam no curso mesmo se não estivessem participando do Programa.

A maioria dos estudantes apontou que os valores dos auxílios não são suficientes para atender de forma satisfatória as necessidades a que cada auxílio se propõe e ainda que os benefícios não são repassados dentro dos prazos estabelecidos.

Fica evidente a insuficiência financeira do PNAES para atender as necessidades básicas dos estudantes e a existência de um entrave burocrático na execução dos auxílios, pois os editais institucionais de concessão aos auxílios estabelecem que as parcelas dos auxílios devem ser pagas dentro do exercício financeiro, não podendo, em hipótese nenhuma ultrapassar o ano civil.

Nesse sentido, a concessão dos auxílios encerra geralmente no mês de dezembro, no entanto, os estudantes ficam desassistidos nos primeiros meses do ano letivo, uma vez que é de praxe que os repasses financeiros para as IFES só ocorram a partir do mês de março.

Apesar das críticas quanto aos valores, atrasos nos pagamentos e quanto ao processo seletivo, metade dos estudantes ainda prefere a execução da assistência estudantil por meio de auxílios. O repasse financeiro representa uma fonte de renda, representa um poder aquisitivo.

O caráter alienatório é observado ainda quando se verifica que é insignificante o número de estudantes que já leram as legislações pertinentes ao programa e a falta de conhecimento com relação ao fórum permanente de assistência ao educando.

A pesquisa evidenciou que, para ampliar as condições de permanência dos jovens nas instituições públicas de Ensino Superior, é necessário um conjunto articulado de ações que vão muito além da oferta de auxílios, pois priorizar ou atuar somente no viés econômico pode não estar contribuindo efetivamente para que os objetivos do programa sejam alcançados.

O Decreto 7.234/2010 prevê dez áreas de atuação do programa, que são: moradia estudantil; alimentação; transporte; atenção à saúde; inclusão digital; cultura; esporte; creche; apoio pedagógico e acesso, participação e aprendizagem de estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades e superdotação; todavia, o que evidenciamos foi a ausência de ações na maioria das áreas. Considerando os estudos recentes sobre a assistência estudantil analisados, percebemos que, de uma forma geral, há uma predominância pelas modalidades de auxílio moradia, alimentação, transporte e creche. Ações em outras modalidades aparecem de forma bastante pontual.

Em nenhum momento o Decreto 7.234/2010 cita que a execução das ações de assistência estudantil deve ocorrer por meio de auxílios, no entanto há uma forte tendência ao desenvolvimento dessas ações na forma de concessões de auxílios, que ocorre em função das restrições para a aplicação dos recursos, ou seja, os recursos para a assistência estudantil são repassados as IFES na forma de Custeio e Investimentos.

A utilização do recurso na modalidade de custeio é a forma mais prática e rápida, visto que a única exigência legal é a realização de edital de seleção dos beneficiários. No caso da utilização do recurso repassado na forma de Investimento, há uma série de procedimentos burocráticos exigidos que, dependendo do tipo de investimento pretendido, demanda projeto técnico, licitação, dentre outras exigências.

Tendo em vista que o objetivo do programa é contribuir para a permanência e êxito do aluno, ele deveria contemplar ações relacionadas às outras dimensões que levam à evasão e ao baixo rendimento escolar, uma vez que elas devem ocorrer de forma articulada. Deveria haver, nesse sentido, um plano nacional de combate à evasão e ao baixo rendimento, de forma que o PNAES fosse uma das estratégias de intervenção.

Nesse âmbito, faz-se necessário ir além da oferta de auxílios, pois os estudantes apresentam demandas que não se restringem somente às questões econômicas e que também interferem no rendimento escolar e na permanência desses jovens. A esse respeito, Santiago (2013) afirma que o Programa segue uma lógica fragmentada, pontual e focalizada, que retira e desloca o direito à assistência ao estudante para a dimensão da concessão ao sabor do estado mínimo que privilegia o econômico, o mercado.

8 REFERÊNCIAS

ANDIFES. **Novo coordenador do Fonaprace fala sobre as perspectivas para assistência estudantil.** Vídeo. Disponível em www.andifes.org.br/video. Acesso em: 23 de novembro de 2015.

ASSIS, Anna Caroline Lili. **Desafios e Possibilidades da Política de Assistência Estudantil da UFJF.** Juiz de Fora: UFJF, 2013. 121 f. Dissertação (Mestrado em Gestão e Avaliação da Educação Pública) - Programa de Pós-Graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2013.

BEHRING, E.R.; BOSCHETTI, I. **Política Social: Fundamentos e História.** 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2009 (Biblioteca Básica de Serviço Social: v.2)

BRASIL. **Resolução CNS N° 510/2016.** Dispõe sobre as normas aplicáveis a pesquisas em Ciências Humanas e Sociais, Seção 1, pág. 44, 45, 46. Poder Executivo, Brasília, DF, de 07 de abril 2016.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado, 1988.

_____. **Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010.** Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Diário Oficial da União, Seção 1, pág. 5. Poder Executivo, Brasília, DF, 20 jul. 2010.

_____. **Portaria Normativa MEC nº 39,** de 12 de dezembro de 2007. Institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. 2007.

_____. **Lei N° 13.005,** de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação. Disponível em: www.planalto.gov.br. Acesso em 14 de março de 2016.

CISLAGHI, Juliana Fiuza; SILVA, Mateus Thomaz da. **O Plano Nacional de Assistência Estudantil e o Reuni:** ampliação de vagas versus garantia de permanência. Revista Ser Social, Brasília, v. 14, n. 31, p. 489-512, jul./dez. 2012.

CRESWEL, W. John. **Qualitativa e Projeto de Pesquisa.** 3ª edição. Porto Alegre:Penso.2014.

DEMO, Pedro. **Educação pelo Averso: Assistência como direito e como problema.** São Paulo: Cortez. 2000.

_____. **Política Social, Educação e Cidadania.** 3ª edição. Campinas: Papyrus. 1994.

IBGE. **Cidades.** Disponível em: **Erro! A referência de hiperlink não é válida..** Arquivo consultado em 20 de setembro de 2016.

IFPA. **Resolução CONSUP 134/2012**, de 04 de dezembro de 2012. Regulamenta a Política de Assistência ao Estudante no âmbito do IFPA. Disponível em: <http://www.ifpa.edu.br>.

____ **Resolução CONSUP 147/2016**, de 01 de setembro de 2016. Regulamenta a Política de Assistência ao Estudante no âmbito do IFPA. Disponível em: <http://www.ifpa.edu.br>

____ **Projeto Político Pedagógico**: Atualização e (re)elaboração colaborativa da identidade do IFPA *Campus Conceição do Araguaia*. 2016.

____ **Edital Institucional 01/2017- Campus Conceição do Araguaia**, de 06 de março de 2017. Disponível em: <http://www.conceicaodoaraguaia.ifpa.edu.br>.

FALEIROS, Vicente de Paula. **A política social do estado capitalista**. 8ª ed. São Paulo. Cortez, 2000.

FREIRE, Paulo. **Política e educação: ensaios**. 5ª edição. São Paulo. Cortez, 2001.

FONAPRACE. **Plano Nacional de Assistência Estudantil, 2007**. Disponível em: <http://www.andifes.org.br>. Acesso em: 16 de abril de 2015.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 4ª edição. São Paulo: Atlas, 1994.

GRAEFF, Betina Alves. **A Política de Assistência Estudantil na Universidade Federal: Da Escola Pública para o Ensino Superior**. Porto Alegre: PUC/RGS, 2014. 101 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2014.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 2ª edição. São Paulo, Cortez, 1983

KOWALSKI, Aline. **Os (Des) Caminhos da Política de Assistência Estudantil e o Desafio na Garantia de Direitos**. Porto Alegre, 2012. 180 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Faculdade de Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul.

LAKATOS, Eva Maria; Marconi, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia Científica**. 5ª edição. São Paulo, Atlas, 2003.

MARQUES, Sebastião Rodrigues. **O Programa Nacional de Assistência Estudantil/Pnaes: Uma Análise a Partir dos/as Assistentes Sociais da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) E Da Universidade Federal da Paraíba (UFPB)**. João Pessoa: UFP, 2014. 268 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014.

MELO, Maria Rosângela Albuquerque. **A Assistência Estudantil no Contexto da “Reforma” do Ensino Superior Público do Brasil:** Um estudo da assistência estudantil da UFS a partir da Implantação do PNAES. São Cristóvão: UFS, 2013. 179 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2013.

MELO RICO (Org). **Avaliação de políticas sociais: Uma questão em debate** -2. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Pesquisa social: Teoria, Método e criatividade.** Rio de Janeiro: Vozes, 1992.

NASCIMENTO, Ana Paula Leite. **Uma Análise das Ações de Assistência Estudantil no Contexto do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Sergipe.** Sergipe: UFS, 2014. 153 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Universidade Federal de Sergipe, Sergipe, 2014.

OLIVEIRA, Romualdo Portela de. **Política Educacional: impasses e alternativas.** São Paulo: Cortez, 1995.

PEREIRA, Potyara. **Política Social temas e questões.** São Paulo: Cortez, 2008.

PARENTE, Andrea Pinto Graça. **Da Legislação à Prática:** Uma análise do Programa Auxílio Permanência, da Política de Assistência Estudantil do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Brasília para os estudantes em vulnerabilidade social. Brasília: UNB, 2013. 119 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

PERFIL SOCIOECONOMICO E CULTURAL DOS ESTUDANTES DE GRADUAÇÃO DAS UNIVERSIDADES FEDERAIS BRASILEIRAS: Fórum Nacional de Assuntos Comunitários e Estudantis. Brasília: FONAPRACE, 2011.

PINTO, Giselle. **A Política de Assistência Estudantil da UFF em Duas Fases:** A Institucionalidade dos Processos e as Perspectivas da Demanda Estudantil. Rio de Janeiro: PUC/RJ, 2015. 266 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

RAMALHO, Ludmila Eleonora Gomes. **Abordagem Avaliativa da Política de Assistência Estudantil e uma Instituição de Ensino Profissional.** Juiz de Fora: UFJF, 2013. 164 f. Dissertação (Mestrado em Gestão e Avaliação da Educação Pública) – Programa de Pós-Graduação em Gestão e Avaliação da Educação Pública, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2013.

SANTIAGO, Salomão Nunes. **A Política de Assistência Estudantil no Governo Lula: 2003 a 2010.** Belém: UFPA, 2014. 238 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Pará, Belém, 2014.

SILVA, Juliana Fernanda. **Serviço Social e Educação em Perspectiva: Uma Análise da Implementação do Programa de Assistência Estudantil no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo**. São Paulo: UCS, 2015. 174 f. Dissertação (Mestrado em Políticas Sociais) – Programa de Pós-Graduação em Políticas Sociais, Universidade Cruzeiro do Sul, São Paulo, 2015.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. Avaliação de políticas e programas sociais: uma reflexão do conteúdo teórico e metodológico da pesquisa avaliativa. In SILVA, Maria Ozanira da Silva e [et al.]. **Pesquisa avaliativa: aspectos teóricos e metodológicos**. São Paulo. Veras; São Luis: Grupo de avaliação de estudo da pobreza e de Políticas direcionadas à pobreza, 2008.

SOUZA, Daniele Graciane. **Acesso e Permanência na UFPF: Uma análise da Política de Assistência Estudantil (2010-2014)**. Curitiba. UFPR, 2016. 148f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em educação, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016.

SPRICIGO, Fabricio. **A Assistência Estudantil no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina: em análise o programa de atendimento ao estudante em vulnerabilidade social**. Florianópolis. UDESC,2016.210f. Dissertação (Mestrado em educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

SPOSATI, A. de O. et. Al. **Assistência na trajetória das Políticas Sociais Brasileiras: uma questão de análise**. São Paulo: Cortez, 2003.

TELES, Maria Alcione Pereira. **A Implementação da Política de Assistência Estudantil na Universidade Federal do Amazonas no Período de 2007 a 2012**. Manaus: UFA, 2015. 170 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Sustentabilidade na Amazônia, Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2015.

TOREZANI, Sival Roque. **A Percepção de discentes do instituto federal de educação, ciência e tecnologia do espírito santo –Campus santa teresa sobre a assistência estudantil**. Seropédica, RJ. 2015. DISSERTAÇÃO (Mestrado em educação agrícola).

VASCONCELOS, Natalia Batista. Assistência Estudantil: Uma breve análise histórica. **FONAPRACE – Revista Comemorativa 25 anos: histórias, memórias e múltiplos olhares**, Minas Gerais: UFU-MG, p.100-111, 2012.

YASBEC. Marilda. **Classes subalternas e assistência social**. 2ª edição. São Paulo. Cortez, 1996.

Zago, N. Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares. **Revista Brasileira de Educação**, v.11, n.32, maio/ago.2006, p.226-237.

9 APÉNDICE

Apêndice A - Questionário de Pesquisa



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO INSTITUTO DE AGRONOMIA PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA

Caro aluno,

Este questionário destina-se a levantar dados acerca do entendimento sobre a política de assistência estudantil, sob o olhar dos estudantes de Agronomia, ofertado pelo Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Pará – *Campus* Conceição do Araguaia e como os auxílios da referida política têm atuado na sua trajetória acadêmica. Posteriormente, as informações serão tabuladas e analisadas para subsidiar a proposição de sugestões que contribuam para a melhoria do desempenho do referido Programa. A presente pesquisa será desenvolvida como parte das exigências do curso de Mestrado em Educação Agrícola, oferecido pelo Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola - Instituto de Agronomia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, sob a orientação da Prof^ª. Dr^ª Silvia Maria Melo Gonçalves.

Responda as perguntas abaixo sobre Assistência Estudantil. Sua identificação será mantida em sigilo.

1 – Quanto ao Programa Nacional de Assistência Estudantil

1.1 - Você conhece o Decreto nº 7234/2010 que institui o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES?

- | | |
|-------------------------------------|--|
| <input type="checkbox"/> Sim, já li | <input type="checkbox"/> Não li, mas já ouvi falar |
| <input type="checkbox"/> Nunca li | <input type="checkbox"/> Nunca li e nunca ouvi falar |

1.2 - Você conhece a Resolução 134/2012- CONSUP, de 04 de dezembro de 2012, que regulamenta no âmbito do IFPA a assistência estudantil?

- () Sim, já li () Não li, mas já ouvi falar
() Nunca li () Nunca li e nunca ouvi falar

1.3 - Na sua opinião, qual é o objetivo do Programa de Assistência Estudantil desenvolvido no seu *Campus*?

1.4 - Tomando os valores de zero a dez, que nota você atribui ao programa?

1.5 - O que você mudaria no programa?

1.6 - O que você não mudaria no programa?

2. Quanto à contribuição da assistência estudantil para o desempenho acadêmico e a permanência do estudante no curso.

2.1 O(s) benefício(s) que você recebeu contribuíram para que você tenha um desempenho acadêmico satisfatório?

- () Sim, contribuiu significativamente () Não contribuiu
() Sim, Contribuiu parcialmente

Por quê?

2.2 O(s) benefícios(s) que você recebeu contribuíram para a sua permanência no curso?

- Sim, contribuiu significativamente Não contribuiu
 Sim, Contribuiu parcialmente

Por que?

2.3 Como ficou o seu desempenho acadêmico após o seu ingresso no programa de assistência estudantil?

- melhorou se manteve o mesmo
 piorou

2.4 Se você não estivesse no programa, teria saído do curso?

3 Quanto à oferta dos auxílios moradia, alimentação, transporte e creche.

3.1 Os valores dos auxílios ofertados são suficientes para atender satisfatoriamente as suas despesas com moradia, alimentação transporte e creche?

- Sim Não

Por quê?

3.2 O pagamento dos benefícios é realizado dentro dos prazos que atendam seus compromissos?

- Sim Não

Por quê?

3.3 O meio utilizado para efetuar o pagamento é o mais adequado para sua realidade?

Por quê?

3.4 Você acredita que se não atendesse às condicionalidades do Programa como a frequência, rendimento escolar e disciplina, você seria cortado do Programa?

() Sim () Não

Por quê?

4 Quanto a sua percepção sobre a gestão da política de assistência estudantil no *Campus*.

4.1 Qual a sua opinião sobre a oferta de assistência estudantil através de auxílios?

4.2 Você preferiria que os auxílios moradia e alimentação fossem substituídos pela oferta de residência universitária e alimentação gratuita?

() Sim () Não

4.3 Você considera eficiente a forma como o recurso destinado à assistência estudantil é aplicado?

() Sim () Não

5 Quanto ao Fórum Permanente de Assistência ao Educando.

5.1 Você conhece o Fórum Permanente de Assistência ao Educando?

Sim Não

5.2 Você sabe como ocorrem as reuniões do Fórum Permanente de Assistência ao Educando?

Sim Não

5.3 Você sabe quais são os critérios de escolha dos membros do Fórum Permanente de Assistência ao Educando?

Sim Não

5.4 Você considera importante a existência de um Fórum que prevê a participação dos estudantes sobre a assistência estudantil?

Sim Não

5.5 Você se sente representado através do Fórum Permanente de Assistência ao Educando?

Sim Não

5.6 Você considera adequada a forma de constituição do Fórum Permanente de Assistência ao Educando?

Sim Não

Por que?

5.7 No espaço abaixo você poderá acrescentar algo sobre a Política de Assistência Estudantil que não lhe foi questionado.

Agradecemos sua participação!

Apêndice B - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO INSTITUTO DE AGRONOMIA PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA

Você está sendo convidado (a) a participar da pesquisa, cujo título é “POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: PERCEPÇÃO DOS DISCENTES DO CURSO DE AGRONOMIA DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ – *CAMPUS* CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA”. A pesquisa pretende investigar a percepção dos discentes do Curso de Agronomia do IFPA- *Campus* Conceição do Araguaia sobre a assistência estudantil. O principal objetivo deste estudo é analisar como o programa de assistência estudantil repercute em sua trajetória acadêmica enquanto estudante do curso de Agronomia ofertado pelo IFPA-*Campus* Conceição do Araguaia.

Com a sua anuência, realizei a aplicação de um questionário, cujo objetivo é a obtenção de dados sobre a sua percepção como o participante de pesquisa dos efeitos da assistência estudantil em sua vida acadêmica. Ao participar desta pesquisa você não receberá nenhum tipo de pagamento – sua participação será voluntária. Você não terá despesa alguma durante a participação da pesquisa. É garantido a você o sigilo de sua identidade e o anonimato de suas informações. Você tem plena liberdade em se recusar a participar da pesquisa, bem como de retirar o seu consentimento em qualquer momento de seu desenvolvimento sem penalização alguma. Você deve estar ciente de que os resultados desta pesquisa poderão ser publicados e /ou divulgados (mantendo o sigilo de sua identidade e o anonimato de suas informações). Garantindo o retorno dos resultados aos entrevistados. Acredito que não haverá desconforto e/ou risco ao participar da pesquisa, pois ela se dará de modo simples: questionários.

Caso você tenha dúvidas sobre a pesquisa, deseje obter informações sobre o seu andamento ou opte por desistir de participar da mesma, por favor, comunique sua decisão para que eu possa informá-lo(a) ou para que retire os seus dados: Leyde Lelma Vieira da Conceição, e-mail: leyde.conceicao@ifpa.edu.br cel: (94) 992790213, endereço: Av. Couto Magalhães s/n, Setor Universitário -Cep: 68540-000- Conceição do Araguaia -PA.

Em, ____/____/2016.

Assinatura do Pesquisador

Declaro que li e compreendi o termo acima e consinto em participar desta pesquisa.

Declaro também que recebi cópia deste termo de consentimento.

Em, ____/____/2016.

: _____
Nome do Participante

Assinatura do Participante:

Apêndice C - Termo de Anuência



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE AGRONOMIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO AGRÍCOLA

TERMO DE ANUENCIA

Declaro, para os devidos fins, que tenho conhecimento e autorizo a execução do projeto de pesquisa intitulado **PROGRAMA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL: PERCEPÇÃO DOS DISCENTES DO INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PARÁ- CAMPUS CONCEIÇÃO DO ARAGUAIA-PA**, proposto pela mestrandia Leyde Lelma Vieira da Conceição, sob orientação da Professora Dra. Sílvia Maria Melo Gonçalves, vinculados ao Mestrado em Educação Agrícola da universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ.

Estou ciente dos objetivos, metodologia e etapas da pesquisa a ser realizada no Campus Conceição do Araguaia. Fui esclarecido quanto aos instrumentos de coleta de dados e análise documental, bem como dos participantes da pesquisa, que serão discentes do curso de engenharia agrônômica do Campus Conceição do Araguaia.

Estou ciente de que esse tipo de pesquisa exige uma apresentação de resultados, por isso autorizo a divulgação das observações, das imagens, da análise de documentos escolares e dos dados colhidos através dos questionários para fins exclusivos de publicação e divulgação científica.

Conceição do Araguaia, 07/06 /2016.

Vitor Barbosa

Diretor Geral do Campus Conceição do Araguaia

Vitor Silva Barbosa
Diretor Geral

IFPA - Campus Conceição do Araguaia
Port. 651/2016/GAB/RFI

Apêndice D - Parecer do Comitê de Ética



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
COMISSÃO DE ÉTICA NA PESQUISA DA UFRRJ / COMEP

Protocolo N° 920/17

PARECER

O Projeto de Pesquisa intitulado “*Programa Nacional de Assistência Estudantil: percepção de discentes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará – Campus Conceição do Araguaia*” sob a responsabilidade da Professora Dra. Sílvia Maria Melo Gonçalves, do Instituto de Agronomia/Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola, processo 23083.009807/2017-97, atende os princípios éticos e está de acordo com a Resolução 466/12 que regulamenta os procedimentos de pesquisa envolvendo seres humanos.

UFRRJ,01/06/17.

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Lúcia Helena Cunha dos Anjos', written in a cursive style.

Prof.ª Dra. Lúcia Helena Cunha dos Anjos
Pró-Reitora Adjunta de Pesquisa e Pós-Graduação